



Anais da Assembléia

Nº 10

CURITIBA, SEXTA-FEIRA, 14 DE MARÇO DE 1975

ANO I

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA
ATA DA 9ª SESSÃO ORDINÁRIA — REALIZADA
EM 14 DE MARÇO DE 1975

Presidência do Sr. Deputado Paulo Camargo, secretariada pelos Srs. Deputados Aguiinaldo Pereira Lima e Maurício Fruet.

Às 10:00 horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Manoel, Del Ciel, Aguiinaldo Pereira Lima, Maurício Fruet, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accioly Neto, Adalberto Da ros, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ernesto Gnoato, Ezéquias Losso, Fabiano Braga Côrtes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manpel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues Carvalho, João Sioni Neto, José Domingos Scarpellini, Jorge Sato, Ju randir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Nelson Buffara, Nilso Sguarezzi, Muggiati Filho, Otássio Pereira, Quielse Crisostomo da Silva, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wandler e Wilson Fortes. (50); achando-se ausentes os Srs. Deputados Ivan Röppel, Luiz Alberto Oliveira, Osvaldo Macedo e Rosário Pittelli. (4).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

REQUERIMENTOS:

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja inserido em Ata, um voto de pesar pelo passamento do ilustre industrial, Senhor LEÃO EMIRO BETTEGA, Diretor Presidente das Indústrias J. Bettega e Cia. Ltda. e membro de conceituada família paranaense.

Outrossim, solicita seja dado conhecimento à família enlutada.

Sala das Sessões, em 14 de março de 1975.

a) DOMÍCIO SCARAMELLA.

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Regimento Interno da Casa, REQUER, após ouvido o Plenário, a inserção em Ata, nos trabalhos de hoje, de um VOTO DE CONGRATULAÇÕES - ao Exmo. Sr. Dr. Emílio Hoffmann Gomes, GOVERNADOR DO ESTADO, pela inauguração ontem da importante ferrovia ESTRADA DE FERRO CENTRAL DO PARANÁ, sintetizando antiga aspiração da valorosa gente paranaense e mais ainda representando, nos nossos dias, fator de inteira tranquilidade para os homens que se dedicam às atividades agro-pastoris e industriais, no interior do Estado. É incontestável a soma de enormes benefícios que advirão para a economia paranaense, possibilitando o aumento da produtividade e, em consequência, novas fontes de recursos para a vida social, econômica e administrativa do Estado.

Sala das Sessões, em 14 de março de 1975.

a) AGUIINALDO PEREIRA LIMA.

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, seja enviado ofício ao DIPOA — Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal —, solicitando que o mesmo pronuncie-se a respeito da matéria veiculada pelo conceituado matutino "Gazeta do Povo", em sua edição de 13 de março do corrente ano, sob o título "Continua má a qualidade do leite".

JUSTIFICATIVA:

CONSIDERANDO as graves denúncias levadas a público pelo jornal "Gazeta do Povo" em sua edição de 13 de março, em matéria intitulada "CONTINUA MÁ A QUALIDADE DO LEITE", cujo teor transcrevemos "ipsis litteris": "A má qualidade que apresentam algumas marcas de leite — como mau cheiro, sabor desagradável e constatação de algumas substâncias estranhas indefiníveis — continua sendo uma queixa da população. A insatisfação é caracterizada na prática, pela menor aquisição dos leites considerados ruins — comprados apenas, "em último caso" — e a procura cada vez maior por leite que proveém de colônias produtoras alemãs. O fato é comprovado pelos comerciantes do centro e dos bairros que aos poucos, procuram vender apenas as marcas mais solicitadas. Isto entretanto, não é possível em todos os casos, pois sobrecarrega as indústrias de maior demanda, que nem sempre contam com produção para atender o consumo da cidade. Os comerciantes adquirem então, todas as marcas de leite, mas, a diferença logo é percebida, conta o dono de um armazém da Vila Formosa; "Algumas marcas chegam às seis da manhã e meia hora depois já foram

vendidas, enquanto outras, à noite ainda estão no balcão". MAL CONTADA — Toda problemática que envolve as características boas ou más do leite, é considerada uma "história mal contada". O órgão encarregado de controlar o leite nas usinas — o Dipoa (Departamento de Inspeção dos Produtos de Origem Animal) — até agora, ainda não fez uma divulgação sobre o resultado dos exames organolépticos e de composição do leite, colocando a situação às claras. Explicam os técnicos, que o controle deve ser diário e a longo prazo mas o órgão se nega a prestar informações por exemplo, sobre o andamento de todas as semanas durante um mês ou uma semana. (Diretoria Estadual do Ministério da Agricultura) — à qual o Dipoa está ligado — informou através de seu diretor, João Palma Moreira, que

os exames estão sendo realizados periodicamente. Há muito tempo negando informações precisas sobre o fato, concordou ontem entre tanto, que possivelmente, reunirá a imprensa para discutir este e outros aspectos que dizem respeito à alimentação humana. Com problemas que não estão apenas dentro das usinas, mas, que vêm do produtor, se misturam com a falta de mentalidade e de condições econômicas para melhoria da produtividade das vacas, o leite é uma incógnita para o consumidor. Principalmente, com seus cheiros estranhos, gosto desagradável e um certo "pô" que fica no fundo da panela, quando é fervido, como explicam as donas-de-casa. Em conversas mais informais, os próprios produtores da Região metropolitana confessam que vêm pondo água no leite, para aumentar a quantidade. O Dipoa alega que seus fiscais — instalados nas usinas — jogam fora todo leite com excesso de água. No Norte do Estado, principalmente, as fazendas funcionam sem as mínimas condições de higiene. A ordenha — principalmente em época de chuva — é feita em estábulos onde o chão da terra se mistura com dejetos. Com os movimentos bruscos da vaca tais resíduos caem no balde e o responsável pela ordenha, não costuma lavar as mãos e nem sequer, o úbere da vaca. A maior parte das vacas, dificilmente é vacinada contra aftose e nem sempre, contra brucelose. Adquirem facilmente a mamite — uma infecção no úbere — devido às péssimas condições de higiene. Esta doença, nem sempre percebível aos primeiros sintomas pode ser uma das causas da má qualidade do leite. Quando portadora de mamite, a vaca produz o leite com os caracteres, que a população reclama: aguado, mau cheiro, gosto ruim e provoca erupções alérgicas em algumas crianças. Embora seja considerado um alimento completo, o leite é consumido por apenas 40% da população de Curitiba, segundo pesquisa feita pela Sunab no ano passado. Nutritivo em seus caracteres naturais, o leite perde muito, se muito aguado ou com misturas, segundo as reclamações. Normalmente, entretanto, dizem os nutricionistas, o leite é um alimento completo, porque contém todas as substâncias que devem existir na alimentação. Ele é suficiente para alimentar as cri-

anças, na primeira fase de suas vidas, sendo pobre em apenas dois nutrientes; a Vitamina C e o ferro. Daí a necessidade de complementar com sucos de frutas e gema de ovos. Possui proteínas da melhor qualidade e é a principal fonte alimentar de cálcio. Segundo recomendações de um manual da Acarpa (Associação de Crédito Rural do Paraná), "uma pessoa deve tomar no mínimo dois copos de leite por dia, sendo que as crianças, os adolescentes, e as mulheres grávidas, necessitam de maior quantidade". (Transcrito de "Gazeta do Povo" — edição de 13 de março de 1975).

CONSIDERANDO o fato por todos demais sabido, de que o leite é elemento básico na alimentação humana;

CONSIDERANDO que a saúde pública encontra-se exposta à alta periculosidade, oriunda da má qualidade dos produtos à venda;

CONSIDERANDO que este estado de coisas, não atinge apenas nossa Capital, como também todo o interior paranaense, urge que providências sejam tomadas.

Em face ao acima exposto, requeiro à Mesa, o envio de ofício ao Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal, solicitando ao mesmo as seguintes informações:

- 1ª - Até que ponto são verídicas as denúncias formuladas;
- 2ª - Enumerar as razões originárias dos problemas e se existe um plano de ação para solucioná-los.

Sala das Sessões, em 14 de março de 1975.

a) VALTER PIETRANGELO.

Senhor Presidente.

A omissão da autoridade policial em Arapongas culminou no recente tão trágico acontecimento, em que perdeu a vida o conceituado advogado Dr. José Alberto Stawinski, vítima da ação criminhosa de João Miguel, indivíduo de péssimos antecedentes, que teria já praticado anteriormente crimes idênticos.

Por volta das 19:30 horas do dia 12 de fevereiro último, em pleno centro da cidade, o criminoso disparou sua arma, imotivamente, postando o ilustre cidadão araponguense, para total consternação da sociedade local, com repercussão em todo o Norte do Paraná, onde o Dr. José Stawinski gozava, pelos seus próprios méritos, da melhor fama. Ex-Presidente do Clube Comercial, membro do Rotary Club e da Loja Maçonica, ex-Vereador do Município, advogado do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Arapongas, culto e dedicado ao seu trabalho, o Dr. José Alberto Stawinski desfrutava de alto prestígio em toda a região.

O autor dos disparos que roubaram tão preciosa vida, após, sabe-se por ouvir dizer fugiu, retornou em seguida a sua residência e evadiu-se, novamente. Há menos de três meses que se havia radicado na cidade, vindo da região de Urtigueira, segundo se sabe. E muito embora se instalasse com um bar em ponto central da cidade, frequentado por jovens, adultos e até crianças, onde muita gente o

Via de revólver na cinta, nenhuma investigação preventiva foi feita pela autoridade policial.

Por outro lado, as atividades policiais visando a captura do homicida foram as de rotina, sem qualquer alcance prático.

Quer nos parecer que não só a sociedade araponguense, mas toda a comunidade paranaense reclama providências especiais para que seja capturado o autor de tal crime.

Em razão do exposto, o Deputado Estadual infra-assinado, com assento nesta Casa, usando de suas atribuições regimentais, requer, ouvido o Plenário, seja encaminhado apelo ao Exmo. Secretário da Segurança, General Mário Portes, no sentido de serem adotadas as medidas especiais que o caso está a exigir, para o cumprimento do mandado de prisão preventiva do acusado.

Pede que, do presente, uma vez aprovado, seja cientificada, mediante ofício, a Ordem dos Advogados do Brasil - Seção do Paraná, na pessoa do seu Presidente, Dr. Francisco Brito de Lacerda, para os fins de direito.

Igualmente, pede que seja dado conhecimento do presente à família do Dr. José Stawinski, ao Sr. Prefeito Municipal, aos Srs. Vereadores da Câmara Municipal, ao Sr. Delegado de Polícia, à Loja Maçônica e ao Rotary Clube de Arapongas.

Sala das Sessões, em 14 de março de 1975

a) MUGGIATI FILHO - Líder da Bancada do MDB

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado, ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado veemente apelo no sentido de que, através da FUNDEPAR, sejam realizadas reformas nos prédios do Grupo Escolar "Dr. Sebastião Paraná" e Ginásio Estadual da sede Municipal de Wenceslau Braz.

O pedido prende-se ao fato de que as instalações daquelas instituições escolares se encontram em péssimo estado de conservação, chegando, mesmo a colocar em risco de vida as crianças que ali estudam.

Tratando-se de matéria urgente, da mais alta relevância, contamos com o indispensável apoioamento de nossos nobres Pares com assento nesta Casa.

Sala das Sessões, em 14 de março de 1975.

a) OTÁSSIO PEREIRA

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado apelo ao Exmo. Sr. Governador do Estado, no sentido de ser determinada a construção imediata pela FUNDEPAR, de novos prédios para o Grupo Escolar "Newton Guimarães", na

Vila Brasil, e para o Grupo Escolar do Jardim Leonor, no Município de Londrina, sendo que para esse fim, já existe terreno doado pela Prefeitura de Londrina.

Sala das Sessões, em 14 de março de 1975

a) O TÁSSIO PEREIRA

Senhor Presidente.

À Universidade Federal do Paraná, através de seu Setor competente, cabe o registro de Diplomas dos Cursos Superiores no Estado.

Uma verdadeira legião de formados pelas nossas Faculdades apenas terão sua situação profissional devidamente regularizada, após verificado o necessário registro do documento legal que é representado pelo Diploma.

Em particular, o número ponderável e sempre crescente de Professores, formados pelas nossas Escolas, aguarda a legalização de sua situação.

Uma equipe, bem reestruturada, com profundo sentido profissional, com reconhecidos méritos, num esforço permanente e um sistemático sacrifício, onde se coloca, até mesmo em detrimento da própria vida particular, com acendrado espírito de colaboração, acima e além do próprio dever, no trabalho que realiza.

Entretanto, poucos são os que ali operam, enquanto é muito e sempre maior o volume de serviços. Isso, a par da correição com que ali se labuta, o que exige uma maior demanda de tempo, tem acarretado uma longa acentuada na formalização da documentação imprescindível ao perfeito exercício de profissão.

Tal e tão longa demora tem acarretado, voltasse a afirmar em particular ao Magistério - sensíveis prejuízos aos Professores, até mesmo de ordem financeira.

Considerando os fatos expostos, o relevante serviço prestado pelo Departamento competente da Universidade, as reiteradas demonstrações efetuadas pela alta direção de nossa Universidade, mais também a imperiosa necessidade de se agilizar aqueles trabalhos, REQUER, na forma regimental, seja encaminhado expediente, por inteiro teor deste documento, ao Exmo. Sr. Professor Teodocio Atherino, Magnífico Reitor da Universidade Federal do Estado do Paraná, sugerindo à Sua Excia; que determine providências no sentido de tornar, pelo reforço de quantidade de pessoal, mais rápido o trabalho de registro de Diplomas pela nossa Universidade.

Sala das Sessões, em 14 de março de 1975

a) ENEAS FARIA

Sr. Presidente.

O Deputado que este subscreve, REQUER conste nos Anais da Casa a notícia constan-

te no jornal "O Estado de São Paulo" sob o título "DEPUTADO SITUACIONISTA" QUEM O COMPARECIMENTO DO MINISTRO", e que trata de pronunciamento do Deputado Federal pela Arena, Norton Macedo, conforme jornal incluso.

Sala das Sessões, em 14 de março de 1975

a) NILSO R. SQUAREZI

PROJETOS DE LEI

PROJETO DE LEI Nº 21/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a criar, no município de Faxinal, um curso de 2º grau, para funcionar a partir do próximo ano letivo.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13 de março de 1975

a) OTÁSSIO PEREIRA

JUSTIFICATIVA:

No Município de Faxinal existe uma população de jovens em condições de fazer o Curso Científico, e a falta deste está causando grandes prejuízos àqueles jovens desejosos de estudar.

Eis a razão porque se justifica a criação deste curso.

O SR. PRESIDENTE - Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Otássio Pereira.

O SR. OTÁSSIO PEREIRA - Eu declino, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - Concedo a palavra ao nobre Deputado João Sioni Netto.

O SR. JOÃO SIONI NETTO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ao iniciarmos a nossa jornada nesta Casa Legislativa, queremos, nestas primeiras palavras, qualquer que seja o sentimento que nos vai na alma, qualquer que seja a vida agitada que nos afoga os dias sobre tudo, qualquer que sejam os nossos interesses particulares, tudo isso, deveremos deixar na soleira de entrada desta Casa de Leis, para que conosco cresça a união, a vontade de trabalhar em favor desta gente de nosso Estado que muito ou tudo espera de nós.

Nesta oportunidade, poderemos repetir as mesmas palavras que o Cristo outrora pronunciou. Dizia ele:

"Eu vim a esta terra para servir, não vim para ser servido, vim sim, cumprir a vontade de meu pai que está no céu".

E nós, com pequenas modificações, poderemos repeti-la nesta oportunidade. Aqui viemos para servir, não estamos aqui para sermos servidos. Viemos a esta Casa de Leis para cumprir a vontade do nosso povo que aí está.

Queremos dizer ainda mais, Sr. Presidente, Srs. Deputados, como dizia no início de nossa caminhada longínqua, que nós temos a trilhar muitas vezes. Iremos solicitar ajuda do Sr. Presidente, dos meus nobres companheiros de trabalho e muitas vezes seremos solicitados também para ajudar. E é justamente, imbuídos de boa vontade, de boa intenção, e de uma união mútua, quer da ARENA, do nosso Partido, quer do MDE dos nossos opositores, que iremos trabalhar para que aqui possamos formar uma só força, uma só idéia, tudo isso, a favor de nossa gente que nos mandou aqui para representá-la e que muito espera de nós e que confia muito em nosso trabalho honesto e honrado.

É isso que desejaríamos falar em nosso primeiro pronunciamento aos companheiros de trabalho e ao nosso povo de nosso querido Estado.

- (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE - Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito, Sr. Deputado Luiz Zuk.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

No dia de ontem, em minha cidade de Ponta Grossa, houve a transmissão e posse de cargo de Prefeito Municipal, de uma autoridade a uma ilustre pessoa que já foi Deputado nesta Casa.

Esta Presidência, através de um Requerimento do nobre Deputado David Federmann, fez com que uma Comissão de Srs. Deputados para aí se deslocasse para representar esta Casa de Leis. A elaboração do programa oficial, tendo assim interesse político, fez com que aquela posse fosse restringida a um nome só representando esta Casa de Leis. Quando chamada das autoridades representativas deste Poder, foi esquecido o nome do ilustre Deputado de Ponta Grossa, de minha região, ilustre Deputado David Federmann e o nome deste Deputado que vos fala, ficando outro companheiro que também representa esta Casa, mas que não teria influido no episódio ali a ser desenvolvido, que é o nobre colega Fabiano Braga Cortes.

Enquanto estávamos na esfera municipal, num sentido particular, ainda admitimos porque sabíamos a altura a que são prepostos nossos conterrâneos num sentido de coerência e decência política.

Mas também, em particular, quando vemos a falta total de decência política para com a minha cidade, não poderia, Sr. Presidente, de forma alguma, aceitar que um Governador nomeado, um homem que não tem o aval do povo chegue à minha cidade e mar

ginalize alguns representantes, ali somando 60% do nobre povo pontagrossense. Não será este pretensão Governador eleito indiretamente que irá à minha cidade fazer com que sua fala seja ouvida e sua demagogia de político seja lá implantada.

Estarei nesta Casa, não reivindicando a Ponta Grossa, não pedindo a S. Exa. o Governador e subservientes, mas estarei exigindo à minha região a devolução em dobro de assistência do Governo deste pretensão Governador, eleito indiretamente, para que tenha um pouco mais de decência política, e quem faz o protocolo, quem organiza seus discursos, que tenha um pouco de decência - como já disse - e reconheça nosso companheiro José Gomes do Amaral, Deputado eleito com cerca de 60 por cento da votação de Ponta Grossa. Que esse Governador tenha a hombridade, e, acima de tudo, o reconhecimento e o respeito ao povo de minha Cidade. E, nas próximas programações, tenha o Sr. Governador Jaime Canet, a decência de respeitar a opinião do povo de Ponta Grossa, porque aqui estamos, em igualdade de condições, com qualquer outro representante. E se não fazemos parte de seu partido político, se não vamos tomar cafezinho juntos, estamos prontos para somar nossos esforços à nobre Bancada da ARENA, pelo bem de nosso Estado.

O SR. LUIZ GABRIEL SAMPAIO - V. Exa. permite um aparte?

O SR. PRESIDENTE - A Mesa comunica ao nobre Deputado que, no Pequeno Expediente, não são permitidos apartes.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK - Infelizmente, nobre Deputado Luiz Gabriel Sampaio, o nosso Regimento não permite que eu lhe conceda aparte.

Mas, continuando, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o nosso Governador, eleito indiretamente, o homem que não possui decência política, que não reconhece os lídicos representantes de uma comunidade. E que, nestes quatro anos que vamos conviver, nesta Casa, os 54 Deputados, que estejamos irmãos em tudo aquilo que estiver certo. Mas, que S. Exa., o Sr. Governador tenha respeito por nós, porque, embora não sejamos subservientes, estaremos atentos a todas as reivindicações de nossa Região. E aqui estaremos cobrando, até o último minuto, a Lei de Educação, estaremos cobrando a decência e o respeito para com a nossa Cidade, a decência e a postura que deve ter um Governador de Estado. Porque, não se admite que, numa programação oficial como aquela...

O SR. PRESIDENTE - A Mesa comunica que já se esgotou o tempo regimental concedido, mas vai permitir mais um minuto para V. Exa. concluir sua oração.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK - ... não se admite que, numa festividade como aquela, um

Senhor que não tem condições de ser eleito nem Vereador do Paraná, seja eleito, indiretamente, Governador, e tenha a falta de educação de omitir a quase totalidade dos Srs. Representantes.

Fica aqui o nosso pronunciamento, e pe diria ao Sr. Líder do Governo, Deputado Ivo Thomazoni, que fique atento para o fato de que iremos cobrar tudo o que foi prometido em obras e benefícios para com o Paraná. Mas, estaremos presentes, nesta Tribuna, para reivindicar nossas necessidades de nosso povo, mas também para apontar a falta de educação que já reconhecemos em S. Exa. o Sr. Governador e também a falta de respeito para com os representantes do povo.

Muito obrigado.

- (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE - A Mesa comunica a presença, em Plenário, dos Srs. Prefeito e Vice-Prefeito de Cêu Azul e também do Sr. Presidente da Câmara daquela mesma cidade.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Dácio Leonel, quarto orador inscrito.

O SR. DÁCIO LEONEL - Sr. Presidente, deixo na palavra.

O SR. PRESIDENTE - Concedo a palavra ao quinto orador inscrito, Sr. Deputado, Nilson Sguarezzi.

O SR. NILSON SGUAREZZI - Sr. Presidente, Senhores Deputados.

Assumo a Tribuna para requerer que conste da Ata desta reunião e que seja transcrito nos Anais da Casa, um importante pronunciamento efetuado, ontem, na Câmara Federal, por um dos novos Deputados da Arena. Se nós, como integrantes do Partido da Oposição, queremos que conste dos Anais desta Casa uma peça oratória de um Deputado da ARENA, é porque vemos nela a independência, a coragem e, acima de tudo, o tino e o senso que o legislador deve ter para se filiar aos pareceres mais condignos e mais necessários, ao bom senso que deve imperar numa Casa de Leis, do Deputado Federal pelo Paraná, um dos mais votados no Estado, Deputado Norton Macedo.

Usou da palavra ontem, quebrando os rumores dos bastidores da Câmara Federal, para discordar da orientação da ARENA na Câmara Federal e dizer que concordou com a convocação solicitada pelo MDB para que o Ministro da Justiça compareça ao Congresso Nacional a fim de prestar informações sobre as pessoas desaparecidas.

Sr. Presidente, o grande órgão da imprensa nacional "O Estado de São Paulo", ba luarte da liberdade nesta Nação, reservou um destaque impar a esse Deputado, na transcrição da notícia que hoje queremos que conste dos Anais desta Casa.

Afirma "O Estado de São Paulo" na página 5ª da edição de ontem: "O Deputado Norton Macedo transformou-se ontem no primeiro arenista a usar da Tribuna da Câmara pa

ra se declarar favorável à convocação do Ministro Armando Falcão, anunciada pela Bancada do MDB.

"Não devemos sob risco de comprometermos nossa inteligência, receber toda e qualquer atitude da Oposição como provocação ou desafio. Seus líderes, que são homens lúcidos, conscientes, responsáveis, tanto quanto o são os líderes da Arena, devem saber como e quando tomar as atitudes que se coadunem com aquilo com entendam como a melhor forma para o cumprimento do seu dever".

"Para o parlamentar, a convocação do Ministro da Justiça servirá para engrandecer o Legislativo, provando mais uma vez o nosso amadurecimento político".

Sr. Presidente, ainda há poucos dias tivemos um exemplo nesta Casa, de falta de independência de alguns colegas da Arena, ao acatarem submissos uma orientação da Liderança desta Casa; quando pedia que votassem contra um pedido de simples informação. Ora, entre um pedido de informações e a convocação de um Ministro da Justiça, vai uma distância muito grande.

Como afirma esse Deputado da ARENA, o Legislativo só conquistará seu lugar na Nação, se tiver a independência e coragem de interpretar e saber o que são os pontos básicos e que possa o Deputado externar sua personalidade sem ter que se ater, muitas vezes, a leis ímpias e espúrias em obediência partidária, a qual não permite que ele se manifeste na Câmara, afirmando sua inteligência e personalidade.

Afirma Norton Macedo que não podemos deixar nossa inteligência de lado para se filiar a fidelidade partidária. E disse ainda se referindo ao MDB: "Nem eles, por serem minoria, haverão de estar sempre errados, nem nós, por sermos maioria, necessariamente haveremos de estar sempre corretos em nossas decisões políticas".

Com isso, Sr. Presidente, quero agradecer a oportunidade e requerer que conste dos Anais desta Casa essa notícia publicada no "O Estado de São Paulo" e que, no momento, encaminhamos à Mesa.

- (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE - Concedo a palavra ao sexto orador inscrito para o Pequeno Expediente, Sr. Deputado Fabiano Braga Cortes.

O SR. FABIANO BRAGA CORTES - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Acabamos de ouvir o pronunciamento do nobre Deputado Zuk, representante de Ponta Grossa com relação a transmissão de cargo que ontem se realizou na cidade de Ponta Grossa.

Foi designada por esta Casa uma Comissão de Deputados para representá-la, da qual eu fazia parte juntamente com o nobre Deputado bem como o nobre Deputado David Federmann. Estranho, Sr. Presidente, Srs.

Deputados, o pronunciamento do nobre Deputado que ocupou a Tribuna porque, em Ponta Grossa, quando chegamos, talvez por um lapso da Assessoria da Prefeitura local, lapso esse que o Deputado David Federmann é testemunha, bem como o Deputado Zuk, que este Deputado que ocupa a Tribuna foi apresentado à Assessoria da Prefeitura local pelo Deputado Zuk para que retificasse que não somente este Deputado que está na Tribuna somente ele estava representando a Casa, mas que havia sido designada uma Comissão de três Deputados que lá se faziam presentes. O Deputado Zuk foi presente e me apresentou à Assessoria de Relações Públicas daquela Prefeitura. Houve falha da Assessoria da Prefeitura de Ponta Grossa como bem foi explicado ao Deputado David Federmann e ao Deputado Zuk por este Deputado que ocupa a Tribuna.

Mas, o que me traz a esta Tribuna, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é a revolta do Deputado Zuk que bem sabe que a Assessoria do Sr. Governador, que amanhã tomará posse, Jaime Canet Junior nada tem a ver com isso. Quanto ao pronunciamento do Governador Jaime Canet Junior, que a imprensa deverá divulgar, pois tem a cópia do mesmo, foi um pronunciamento de paz e tranquilidade.

Agora, o que não podemos conceber, Sr. Presidente, é que venha um Deputado a esta Tribuna criticar o Governador, que ainda nem assumiu o seu cargo, ser taxado de homem que não tem educação, que não tem preparo para ser Governador de nosso Estado. S. Exa. é um homem que já deu tudo de si ao Estado, é um homem que, tenho certeza e o Paraná sabe, conhece os problemas de seu Estado e hoje, nesta Tribuna, é criticado pelo seu pronunciamento, pronunciamento que deu em Ponta Grossa, de paz e tranquilidade, pedindo a unificação dos homens públicos em favor de Ponta Grossa, em favor do Paraná, homem que nem assumiu o Governo ainda, hoje é criticado. Isto que eu estranho, neste momento, Sr. Presidente, Senhores Deputados, que venha um Deputado ter considerações desairosas a uma pessoa que o Paraná conhece, que é o Governador Jaime Canet Junior, homem que foi indicado dentro de um sistema para Governador do nosso Estado, sistema que a Oposição também já usou quando da indicação do Governador da Guanabara. É o sistema! Tem a Oposição o direito de criticar o sistema que também já usou, mas o que não podemos é antecipar críticas a um Governo que está para se iniciar, um Governo que está pedindo somente paz e tranquilidade, Governo que vê o Poder Legislativo com carinho, com respeito e com dignidade, penso eu que devo ser mútuo esse respeito e essa dignidade.

Assim estranho, Sr. Presidente, o pronunciamento do nobre Deputado.

- (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE - Concedo a palavra ao sétimo orador inscrito, Sr. Deputado

Valter Pietrângelo.

Não estando presente o nobre Deputado, concedo a palavra ao nobre Deputado Antonio Del Ciel.

O SR. ANTONIO DEL CIEL - Sr. Presidente, Senhores Deputados. Pretendia que a minha participação nesta Casa Legislativa fosse tão somente de saudação aos meus companheiros parlamentares que têm a responsabilidade de se fazer presentes em nome do nosso Partido, na administração estadual.

Mas, venho marcado pelo pronunciamento de companheiro que me antecedeu nesta Tribuna, parlamentar bastante revoltado, pois esta Comissão Especial que a meu ver foi designada no Município de Ponta Grossa pela Assessoria da Prefeitura Municipal, mas também com grande responsabilidade da Assessoria do futuro Governador do Estado do Paraná, pois esta Comissão Especial foi constituída quando eventualmente este Deputado ocupava a Presidência desta Casa Legislativa, e, assim sendo, venho para transmitir o meu apelo ao Presidente e a Comissão Executiva desta Casa Parlamentar, para que faça pública a sua contrariedade quando qualquer dos membros desta Casa Legislativa é desatendido, é recebido com menosprezo, pertencendo ele a este ou aquele partido político. Somos todos iguais e quando em missão daqui partimos deixamos a sigla partidária de lado. Revoltei-me quando da Tribuna desta Casa Legislativa um companheiro, o Deputado Luiz Carlos Zuk transmitia a seus companheiros parlamentares também a sua revolta e o seu descontentamento, pois no seu Município, berço da sua grande e expressiva vitória, havia ele recebido do Poder Executivo daquela cidade e também do esquema de assessores do futuro Governador do Estado do Paraná, uma desatenção que calou fundo no peito de qualquer parlamentar que tenha vergonha na cara. Só o Paraná para receber o seu futuro Governador e nele pelo menos pretendemos depositar esperanças, esperanças de um povo e de um Estado massacrado, Estado que sempre foi o azarão dos párias nos episódios de nomeação de Governador de Estado. Haroldo Leon Peres o Governador corrupto, o doente Pedro Parigot de Souza, o indiscreto, Governador que sai e este que o Estado re-

ceberá então agora, daqui a 24 horas, aproximadamente, o seu novo Governador, Dr. Jayme Canet Junior, que vem e esperamos que tenha muitas qualidades, mais qualidades do que tão somente ser amigo do Sr. Ministro da Educação e fazemos votos que venha imbuído das melhores intenções, para reencontrar os caminhos para a administração pública do Paraná. Deixo aqui a minha contrariedade hoje, como Deputado, mas por ter estado eventualmente ocupando a cadeira mais alta desta Casa Legislativa, que não pode ser desrespeitada, sendo eu nomeado para esta Comissão Executiva, fazer público o meu ponto de vista e espero que dora-

vante, todas as Comissões que fazem parte desta Casa Legislativa, tenham os mesmos direitos e as mesmas responsabilidades através dos seus membros representantes se daqui saírem em nome desta Casa Legislativa. Não podemos admitir, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE - A Mesa lembra que tem V. Exa. um minuto para terminar sua oração.

O SR. ANTONIO DEL CIEL - ... que fatos lamentáveis como este venham a se repetir em nosso Estado. Espero retornar em muitas oportunidades à Tribuna da Casa do povo para transmitir as reivindicações da nossa gente, solicitadas pelo povo do Estado do Paraná, para trazer a nossa contribuição à administração deste Estado. Espero poder vir também para falar, desta Tribuna de paz e amor, mas aqui estaremos presentes a todos os instantes e quando necessário para com vigor e energia cobrar também o respeito a todos os nossos companheiros do MDB e da Arena. Eram nossas palavras.

- (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE - Está encerrado o Pequeno Expediente. Devo lembrar aos Srs. que compõem as diversas Comissões desta Casa que devem se reunir dentro do tempo previsto, que é até sexta-feira, e a Divisão das Comissões propõem aos Srs. Membros das diversas Comissões que se reúnem nos seguintes dias. É uma proposta apenas porque os membros podem resolver o seguinte. Os ofícios já foram distribuídos nas caixas dos Srs. Deputados:

Comissão de Constituição e Justiça dia 18 às 17 horas.

Comissão de Finanças - dia 18 às 17 horas.

Comissão de Orçamento - dia 19 às 17 horas.

Comissão de Instrução Pública - dia 19 às 17 horas.

Comissão de Redação - dia 20 às 17 horas.

Comissão de Agricultura, Indústria e Comércio - dia 20 às 17 horas.

Comissão de Obras Públicas - dia 25 às 17 horas.

Comissão de Terras, Colonização e Emigração - dia 21 às 11 horas.

Comissão de Polícia - dia 25 às 17 horas.

Comissão de Saúde Pública, dia 21 às 11 horas.

Comissão de Tomada de Contas - dia 24 às 17 horas.

Comissão de Turismo - dia 24 às 17 horas.

Divisão das Comissões, em 14 de março de 1975.

O SR. PRESIDENTE - Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Grande Expediente, Sr. Deputado Otássio Pereira.

O SR. OTÁSSIO PEREIRA - Sr. Presidente, Senhores Deputados.

Esta Assembleia está se reunindo hoje, 24 horas antes da posse do Sr. Jayme Canet Junior na Governança do Paraná e do Sr. Otávio Cesário na Vice-Governança. Homens

da ARENA escolhidos pelo Partido oficial e eleitos para dirigir os destinos do Paraná pelo pleito indireto da Assembléia Legislativa do Paraná, pelo sistema mais interessante que se tem na história.

Os Deputados que elegeram os novos Governantes do Paraná estavam em fins de mandato, e a maioria deles, já não possuem mais cadeira nesta Casa. Pois ausentes por determinação do povo, já tiveram o seu julgamento nas urnas no dia 15 de novembro.

Eu poderia dizer aos Senhores, neste momento, que os votos populares de 15 de novembro, melhor do que a palavra deste Deputado, melhor do que o próprio pronunciamento dos homens da Oposição, não oferecem aos homens que vão iniciar a comandar, este Estado, a advertência, de que os homens e as mulheres deste País, não estão cegos, não estão surdos aos seus direitos, constitucionais.

Eles não representavam como não representam forças políticas deste Estado, e não teriam lefitimada a sua escolha em seu próprio partido, se fosse feito uma eleição.

O sistema portanto, Sr. Presidente, Senhores Deputados, usou o bolso do colete para oferecer ao Paraná um Estado maravilhoso pelo seu potencial econômico, aos que deverão comandar o Poder Executivo.

E estes homens trazidos para a Assembléia Legislativa em campanha eleitoral, desesperada, já diante da ausência do povo na sua campanha, foram homologados exatamente pelos parlamentares que já se despediam da vida pública e que tomavam um novo rumo na vida particular, empurrados pelo próprio povo que um dia confiaram nos seus nomes, nos seus ideais e nas suas posições.

Pobre do homem público que se esconde do povo e se agasalha no Poder. Pobre do homem público que se esconde do povo e pensa apenas nas vantagens de estar à sombra dos favores oficiais.

Pois bem, estamos agora diante de uma realidade.

O Sr. Jayme Canet Junior, é o novo Governador do Paraná, e a partir de amanhã, de suas assinaturas, é que vários destinos dependerão.

Honestamente, Sr. Presidente, Srs. Deputados, absolutamente nada temos contra essas duas figuras, pessoalmente contra o Sr. Jayme Canet Junior, ou o Dr. Otávio Cesário. São homens de bem, homens que têm profundas ligações na zona rural e que têm obrigação de conhecer os problemas de nossa agricultura, pois com ela enriqueceram e com ela sofrem hoje os dias amargos que todos os lavradores sofrem.

Sou um homem público que acredita na sinceridade na boa fé do Presidente Geisel e em sua formação democrática. Somos inclusive, um produto destes novos ares que sopram na política, pois aqui estamos, eleitos graças a este espírito democrático, porque somos talvez o mais humilde entre os humildes

parlamentares; o mais pobre, entre os pobres, eleito que fomos pela confiança do povo que ouviu a nossa mensagem, pois tínhamos apenas, no bolso a esperança e nas mãos uma bandeira de confiança na democracia que nos trouxe a esta Assembléia.

É com esta humildade que estamos aqui na Assembléia para abrir um crédito de confiança aos homens que passam a dirigir os destinos do Estado do Paraná.

Os grandes projetos de interesse do povo contarão com o aval destes Deputados que estão aqui para fazer oposição a um Governo da ARENA e não para fazer oposição ao Paraná.

As grandes teses que beneficiam o Paraná encontrarão neste Deputado a resposta porque aqui estamos para legislar em favor de nosso querido Paraná.

Mas seremos também, Sr. Presidente, a sentinela, a vigilância das atitudes do Governo e estaremos aqui para denunciar as irregularidades que tragam prejuízo para nosso Estado. Não votaremos jamais simplesmente pelo desejo de agradar ou desagradar o Sr. Governador.

Sr. Presidente, esta não é apenas a nossa obrigação, é a obrigação de todos os parlamentares investidos em mandatos populares que não podem trocar seu voto por favores pessoais, pois está é uma Assembléia Legislativa com a responsabilidade do momento brasileiro, onde cada homem público tem profundas ligações a abertura democrática, abertura esta que depende da posição de cada um.

Sr. Presidente, não desejamos nada mais do novo Governo do Paraná do que um profundo respeito pelo povo.

Que os funcionários públicos tenham finalmente um plano de reclassificação de cargos que lhes permita viver ao menos decentemente;

Que a diferença salarial entre os cargos mais altos e os mais baixos sejam diminuídos, não com a diminuição do valor dos salários altos, mas com a melhor valorização dos servidores mais humildes. — (Assume a Presidência o Sr. Deputado Luiz Gabriel Sampaio). — Que os funcionários públicos de formação universitária tenham um tratamento condizente com a sua posição para que o Estado não sofra, amanhã, uma verdadeira debanda de bons servidores, que acontecerá inapelavelmente com a aposentadoria com a contagem de tempo com a soma dos tempos de serviço a empresas públicas e privadas.

Que o Estado olhe pelos menores abandonados, no Governo do Sr. Jayme Canet Junior, para que as escolas como a "Queiróz Filho", sejam modificadas e não mantidas como verdadeiras escolas do crime.

Que a Segurança às populações do Estado seja ampliada para que não vejamos, como acontece aqui em Curitiba, a cidade em pânico diante de bandidos que a transformam numa cidade nua, sem lei e sem polícia.

Que a Agricultura tenha no Senhor Governador, um defensor dos seus interesses, para que o lavrador não fique a mercê das multi-

nacionais, hoje as maiores responsáveis pelo empobrecimento do homem do campo brasileiro.

Que o setor de Obras Públicas receba do Governo a fiscalização necessária para que não tenhamos que vir a esta Tribuna denunciar irregularidades e contar que as prioridades de obras não atendem ao povo mas sim aos famosos comandos políticos.

Que o setor da Saúde cuide melhor da guarda de seus problemas, para que a vacinação das crianças seja feita pela Secretaria de Saúde e para que os jornais não necessitem denunciar irregularidades nesta área.

Que a Previdência Social lute pela melhor assistência médica aos servidores públicos estaduais, sem filas e nem má vontade por parte dos profissionais.

Que a área da Justiça atenda ao problema dos cárceres, dando às Penitenciárias a condição ideal para recuperar o homem e não fazer, como acontece agora, o seu esmagamento.

Que a fiscalização tributária seja humana e atenda aos interesses das empresas e do Governo, sem a necessidade da violência e dos excessos.

Que os Municípios sejam atendidos, independentemente das posições políticas de seus Prefeitos, pois é preciso que o Senhor Governador entenda que não importa a eleição do Prefeito pela ARENA ou pelo MDB, o que importa é que o povo do Município sinta a existência do poder público e saiba que o Governador, antes de ser um homem do partido político, está disposto a governar o povo.

Senhores Deputados.

Neste momento, rogo a Deus para que, finalmente, tenhamos um Governador humano, voltado para os interesses do povo e que pense neste povo ao assumir o Palácio Iguaçu.

Rogo a Deus e nas minhas orações peço que esta Assembléia Legislativa acorde de seu sono de bela adormecida nos braços do poder, para que todos os Deputados desta Casa saibam que só faremos este Poder FORTE se o desatrelarmos do Executivo e sairmos todos a procura dos favores oficiais.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Sr. Deputado, aproveitando a gentileza de V. Exa., este Deputado, neste dia que antecede à posse do futuro Governador, queremos deixar nesta Casa, a disposição de realizar um trabalho onde possa coexistir a harmonia entre, principalmente, o Poder Executivo e o Poder Legislativo de nosso Estado. Harmonia entre o trabalhador dinâmico, e o homem público, honesto, equilibrado, responsável, atendendo as esperanças de sua gente, atendendo aquilo que o dever lhe impõe, e as prerrogativas exigidas.

Apesar da atitude não convincente do futuro Governador Jayme Canet Junior, na cidade de Ponta Grossa, em data de ontem, quando ficou patente uma agressão ao próprio Poder Legislativo; quando abrimos os jornais e observamos o Prefeito Jayme Lerner estabelecer entendimentos com o futuro Prefeito — quem sabe, Prefeito Saul Raiz — sobre as solenida-

des de posse, numa atitude clara, insofismável, de desrespeito à decisão magna que levará esta Casa ao referendium ou não, do homem, do cidadão indicado pelo futuro Governador; para assumir a Prefeitura da Capital.

Apesar dessa discrepância, observamos a presença do Paraná, já pelos corretores desta Casa, observando a assistência que está neste Plenário, nós encontramos a presença de vários Prefeitos de nosso Estado. Observamos a presença de Vereadores, de outras autoridades, de companheiros de tantas e tantas cidades.

Pedindo vênias ao Sr. Presidente, aproveitamos para saudar os mandatários, para externar a esses Prefeitos e companheiros, nossos agradecimentos pela presença e ressaltamos que suas presenças retratam o calor humano e o prestigiamento que deve ser dado ao futuro Governador. O futuro Governador que vai receber o calor do Paraná para que possa administrar com dignidade, com honestidade, apesar de ter sido eleito através de um processo condenável, o processo de eleição indireta, onde não se obedeceu a vontade soberana e insubstituível do povo. Ao futuro Governador nossa disposição de trabalharmos juntos, para o progresso de nosso Estado e de nosso País. Aos Srs. visitantes o reconhecimento desta Casa de Leis. Muito Obrigado.

O SR. OTÁSSIO PEREIRA — Agradeço o aparte do companheiro Valter Pietrângelo que veio colaborar conosco em nossas palavras.

O SR. IVO THOMAZONI — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Estava ouvindo com muita atenção o pronunciamento de V. Exa. e me reservei para solicitar este aparte. Primeiro, para dizer a V. Exa. que a eleição dos governantes pela forma indireta, não está desvinculada de nossas tradições históricas e constitucionais. V. Exa. como homem público que é deve reconhecer que Getúlio Vargas foi eleito Presidente desta Nação Brasileira pelo voto indireto dos representantes do povo. Não é um fato novo, portanto não é inovação da Revolução de 1974. Já no Império nós víamos adotada esta medida como válida para a escolha até de um representante do povo dos colegiados.

Não posso concordar com V. Exa. que o resultado eleitoral de 15 de novembro desfalecerá ao meu Partido tenha tido como consequência principal a participação de meus, companheiros no episódio eleitoral que elegeu o Sr. Jayme Canet Junior Governador do Estado. Fui eu, Sr. Deputado, que falou da Tribuna da Assembléia, defendendo, no encaminhamento da votação, o nome a forma de escolha. Talvez tenha sido aquela eleição a última que se fez no Brasil porquanto espera-se que a norma constitucional agora vigente não seja alterada para que o povo tenha a oportunidade de, através do voto direto e universal, escolher os futuros Governadores a partir de 1978. Digo que não concordo porque participei ativamente daquela eleição e tive a fidelidade de voltar a esta Casa, com mandato

renovado, trazendo a confiança de trinta e três mil eleitores, acrescido portanto da eleição de 1970 quando havia contado com vinte e sete mil votos.

Quero crer que o povo entende ainda que na legislação eleitoral, mesmo através do sufrágio direto e universal, não se lhes dá ainda a liberdade de escolher o seu Governador porque nós, ainda que mudada a prática para que voltemos à prática anterior, não fugimos da possibilidade histórica neste País de que os candidatos ao Governo do Estado sejam sempre nomes escolhidos por meia dúzia de homens dos dois partidos existentes. O povo não é chamado para, em colégios, em forma de distritos eleitorais, se pronunciar de baixo para cima, sempre teve imposto os nomes dos candidatos pelos Partidos. Não vejo outra forma de eleição para que participe mais diretamente no pleito eleitoral.

Tanto quanto V. Exa. defendo a eleição direta que, se Deus quizer, haveremos de ter em 1978. Mas não considero a eleição indireta tão espúria como quer crer V. Exa., e não a considerar também como determinante principal a derrota eleitoral que o meu Partido sofreu. Muitos não voltaram para esta Casa é verdade, mas, grande número dos nossos Deputados voltaram.

Agradeço a V. Exa. que tenha me ouvido quase num discurso paralelo, não foi essa a intenção, mas, desejava abordar estes dois aspectos do pronunciamento de V. Exa., porque, do contrário, não estaria em paz com a minha consciência.

O SR. DENEY SCHWARTZ — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Eu gostaria, nesta oportunidade, de contestar as palavras do nobre Líder do Governo nesta Casa, porque realmente não concordo com o fato de que apenas as cúpulas partidárias eram ouvidas quando das eleições diretas. A cúpula partidária do velho PSD impôs Christiano Machado e o povo elegeu Christiano Machado; as cúpulas partidárias impuseram nomes outros que Jânio Quadros e o povo elegeu Jânio Quadros; as cúpulas partidárias de então no Paraná impuseram dois candidatos ao Governo, e o povo levou para o Palácio Iguaçu, Ney Braga. Dada a opção ao povo ele sabe escolher, dada a opção ao povo ele soube escolher Prefeitos para Curitiba, em pessoas que, hoje são consideradas como excelentes Prefeitos desta terra.

O SR. IVO THOMAZONI — Iberê de Matos.

O SR. DENEY SCHWARTZ — Não Iberê de Matos como V. Exa. paralelamente falou, mas, Ney Braga que é considerado pelos Senhores o melhor Prefeito de Curitiba, Ivo Arzua considerado grande Prefeito, foram escolhidos pelo povo.

Realmente, contesto o nobre Líder do Governo, eis que eleições indiretas também levaram para o Palácio Iguaçu, Haroldo Leon Peres.

O SR. DIÁSSIO PEREIRA — Senhores Deputados, verificamos na oportunidade que, se nós

fôssemos discutir o assunto eleição direta/Indireta, nós estaríamos ocupando a Tribuna por várias horas, porque o povo em sua maioria quer votar, quer escolher através do voto, o seu representante. Eu defendo porque acho que o povo deve escolher o seu representante. Eu disse há pouco que os Governadores são escolhidos, são candidatos que vêm do bolso do chefe político, que vêm do bolso e não atendem, não atendem, não são eleitos pelo povo, pelo trabalhador, pelo homem de empresa, pelo estudante. O que queremos é que o povo escolha o seu representante.

Gostaria de, mais uma vez, fazer um apelo nesta Casa e pedir a Deus para que o Governador Jayme Canet Júnior faça um bom Governo em nosso querido Paraná, para que um professor quando quiser ser candidato a Vereador pelo MDB não corra o risco de ter suas aulas cortadas, para que uma Diretora de Grupo não seja punida, não seja obrigada a diminuir aulas de professores porque estes queiram votar no MDB. Quero fazer votos para que não aconteça o que aconteceu em Bela Vista do Paraíso, quando um veículo meu ali trafegava levando propaganda deste Deputado, foi abordado pelo Delegado de Polícia Bordin, apreendido e levado para fora da cidade numa verdadeira pressão não contra o eleitor, mas contra também o candidato do MDB.

O SR. EDILSON BARBOSA — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Agradeço inicialmente o aparte concedido por V. Exa. e gostaria de dizer a V. Exa. que ontem, na sua ausência desta Casa, por minutos, fora V. Exa. desafiado nesta Casa por um Deputado do Governo, quando V. Exa. trazia a esta Casa a notícia de que um Delegado de Polícia do Interior do Paraná perseguia inclusive elementos do MDB. Gostaria, nesta oportunidade, apenas para ilustrar o seu pronunciamento, dizer também que em Assis Chateaubriand tivemos companheiros que estiveram presos, como já disse, estiveram presos, não sabemos qual a autoridade essencialmente coatora. É que elementos do Diretório do MDB, nobre Deputado, de Assis Chateaubriand, tiveram o seu direito privado de comparecer às urnas dia 15 para demonstrarem a sua liberdade de escolher os seus candidatos a Deputado Estadual ou a Senador da República. Elementos da cúpula do Diretório do MDB em Assis Chateaubriand. Não sabemos, como já disse, talvez tiveram seus elementos presos, talvez o elemento ou a autoridade intelectual para aquela prisão arbitrária, nobre Deputado, o que sabemos é que por quatro dias consecutivos elementos do MDB, comerciantes renomados, na maior parte chefes de família, estiveram presos em um barracão que, em Assis Chateaubriand, os homens do Governo ainda têm a coragem de chamar de Delegacia de Polícia, quando se é um barraco cheio de púlgas, percevejos, piolhos, não passando de um galinheiro, de um chiqueiro onde os homens de bem de Assis Chateaubriand vão parar. Congratulo-me com V. Exa. quando faz aqui nesta Casa denúncias de efeitos estaduais. Gostaria ainda de ci-

tar nesta Casa mais um fato que muito nos entristeceu. É quanto ao meio estudantil daquela cidade, daquela região, quando professores daquela comarca são coagidos e pressionados pela direção de estabelecimentos, porque inclusive está aqui o Diretor do Ginásio Estadual de Assis Chateaubriand, o qual temos naquela terra como homem de bem, homem respeitador e cumpridor de suas obrigações, e meu nobre Deputado, em Tupanci, um dos maiores distritos de Assis Chateaubriand um professor teve a coragem de se reunir com estudantes menores, que não são eleitores e pressionarem os mesmos a ponto de dar zero ao estudante, ao ponto de ameaçá-los e não fossem à ruas pedir votos para os candidatos do Governo. Isto acontece neste Paraná. Este é o aparte que gostaria de fazer a V. Exa.

O SR. OTÁSSIO PEREIRA — Agradeço o aparte colaborar do nobre Deputado.

Ao companheiro Dácio de Quadros, antigo companheiro da Câmara Municipal de Londrina, de lutas árduas naquele Município e que tenho a satisfação de encontrar nesta Casa, concedo o aparte.

O SR. DÁCIO LEONEL — Fico feliz nobre Deputado, porque acabei merecendo o aparte de V. Exa. Devo, antes do aparte propriamente dito, pedir permissão, em função daquilo que o ilustre Deputado acaba de dizer, para repetir exatamente o aparte que fiz ontem da Tribuna, em cujo pronunciamento dizia que hoje voltaria para fazer apenas um apelo ao ilustre Deputado que assim se pronunciou, para que traga ao conhecimento desta Casa o nome dos Municípios e dos Deputados que estavam assim agindo a fim de que pudesse trazer a verdade cristalina, os nomes dos Municípios e o nome dos Deputados que estariam assim agindo desta forma a fim de que pudessemos dizer aqui a verdade cristalina, como devo deve ser dita. Não desrespeito. Isto é um apelo que faço a fim de que fato como este aqui sejam mencionados e não fiquem como insinuações, para que sejam positivas e categóricas para o bem desta Casa Legislativa. Devo dizer mais a V. Exa. que, pelas suas origens políticas, me parece o ilustre Deputado tenha pertencido ao extinto PDC. (Assume a Presidência o Dr. Deputado Paulo Camargo).

V. Exa. conheceu as lutas para indicação de Deputados na época, e conhece também o episódio de Londrina, isso, com base no pronunciamento do Líder da nossa Bancada.

E os Srs. Deputados devem ter compreendido o sentido das observações da Liderança da nossa Bancada. Não vejo razão para que os integrantes da Bancada do MDB falem com tanta veemência em projetos condenados, quando oportunidades tiveram e esqueceram que acabaram de eleger também pela forma indireta, o Governador da Guanabara. Acontece que, hoje, a filosofia é oportunista porque não existe maioria para as eleições indiretas como houve na Guanabara. Mas, Sr. Deputado, com exceção deste aspecto da filosofia do Partido o pronunciamento de V. Exa. colheu-me com

surpresa e explico porque. O pronunciamento, de V. Exa. em dizer nada ter contra as pessoas do Sr. Governador, ou melhor do futuro Governador, Sr. Jayme Canet Junior e do futuro Vice-Governador Otávio Cesário, me encheu de muito ânimo, porque V. Exa. conhece muito bem estes dois homens. Esclareceu da Tribuna que são homens de bem e que conhecem a zona rural, V. Exa. sabe disso. Gostei quando V. Exa., no seu pronunciamento, mostrava a sua preocupação por certos aspectos da sua administração dizendo inclusive categoricamente, que estamos aqui para abrir um crédito de confiança. E é disso que estamos precisando para a harmonia, para os trabalhos do Paraná. V. Exa., Sr. Deputado, tenho a impressão que deve ser um dos Deputados do MDB que tem tido mais aproximação com o futuro Governador, mais aproximação com os homens que comporão a sua equipe, e que tem tido permanente contato com os homens do atual Governo. V. Exa. tem sentido a responsabilidade desses homens, tem dialogado com eles, tem participado de tantos e tantos encontros com as lideranças da política paranaense em muitas ocasiões, e tem sentido que realmente há uma preocupação em benefício do próprio Paraná. Eu cumprimento V. Exa., cumprimento pela pregação de V. Exa., que nas esperanças do futuro Governo, esperanças que esses problemas que não são poucos sejam solucionados. E é assim que os homens que irão dirigir o Paraná também almejam e também esperam realizar. Muito Obrigado.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Pediria ao nobre Deputado um aparte, só para lembrar de que me parece um certo apressamento no juízo das ponderações feitas pelo nobre tribuno, porque o MDB, evidentemente, foi bombardeado num pedido de informações a respeito de gastos excessivos, que teriam ocorrido numa das repartições públicas da Secretaria de Segurança. No entanto, o MDB é compelido, foi o que se pode deduzir da palavra do nobre Deputado aparteante, e que o MDB, por certo, caiu no vazio, ou os Deputados do MDB por certo caíram no vazio. Eu só quero lembrar que elementos maiores devem ser trazidos para esta Casa nos pedidos de informações, quando solicitados, para melhores esclarecimentos. Muito obrigado. — (Assume a Presidência o Sr. Deputado Del Ciel).

O SR. OTÁSSIO PEREIRA — Agradeço o aparte do colega Fidelcino Tolentino e do Deputado Dácio Leonel.

Gostaríamos de continuar ainda usando a palavra, no entanto deixaremos para outra oportunidade já que outros oradores se farão ouvir nesta Casa de Leis.

Obrigado. — (Sem revisão do Orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Lúcio Machado, segundo orador inscrito no Grande Expediente.

O SR. LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.
Começará amanhã uma nova administração

no Paraná. As esperanças do povo paranaense, naturalmente a esta altura começam a se manifestar numa forma diferente, esperando do novo Governo que se firmará na administração do Paraná a partir de amanhã, que tenha um caminho mais feliz, mais profícuo, mais de justiça acima de tudo para os futuros quatro anos.

Porque, Sr. Presidente, a administração, que se finda foi a mais triste da história do Paraná, foi a mais esquecedora dos problemas do povo do Paraná, foi acima de tudo, uma administração que não tinha condições nem sequer de firmar posição administrativa nos quatro anos que se passaram.

É o funcionalismo do Estado, esta peça integrante da máquina administrativa desta unidade federativa, que ficou abandonado ao léu por parte do Governo deste grande Estado.

É a posição das Diretorias de Estabelecimentos de Ensino, a posição de Delegados de Polícia para funcionarem como cabos eleitorais.

É a falta de consistência do Governo, porque o Governo não conseguiu se firmar. O professorado, o funcionalismo do magistério, vivendo quatro anos sem ter aumento em seus vencimentos. E o Governo que está a terminar não sentiu, não percebeu que o professorado do nível primário deste Estado recebe atualmente pouco mais de 20 cruzeiros por dia.

É o Governo que não se firmou, é o Governo que não teve tempo de se firmar porque num período de quatro anos em que o Paraná, deveria ser dirigido por um governante, houve quatro Governadores, foram quatro capitães despreparados para timonear um barco que já estava quase afundado, porque, já há três anos, vivia a nossa estrutura política sem a participação da escolha do povo ao Governo.

Lamentavelmente, um Governo que, constitucionalmente deveria ser instituído para governar este Estado cheio de problemas, por quatro anos consecutivos, teve que dividir essa obrigação por três Governadores.

O primeiro, de escolha do Poder, e que o Paraná teve que repudiar pela falta de honestidade, pela falta de dignidade, e pela falta de honestidade, pela falta de dignidade, e pela falta de honradez, na administração pública e econômica do Paraná.

O segundo, premido pela enfermidade, sem condições de administrar este Estado, seu tu do de si sem nada poder fazer.

O terceiro, teve a incumbência de dar valor e força ao partido político do Governo, sem se importar com os prejuízos que pudessem advir daí para a estrutura econômica deste Estado.

E, agora, o quarto, o mais altívisto dos homens na preparação das inaugurações. Dezenas de inaugurações foram feitas, nestes últimos dias, inaugurou-se coisas que ainda estão no início; coisas que ainda demandarão muito tempo para se construir, segundo noticiário dos jornais desta Capital, a inauguração feita da Estrada de Ferro Central do Pa-

raná, que foi a presença pouco decente da vontade de aparecer deste Governo.

Não somos contra o Governo, somos contra a maneira como ele foi eleito.

Queremos, e pedimos a Deus, que este Governo venha para ficar quatro anos, quatro anos para trabalhar por este nosso querido Paraná; para reconstruir a administração do Paraná; para fazer com que o Paraná possa alcançar a resolução de seus inúmeros problemas.

De minha parte, evidentemente, não estarei aqui na reunião amanhã, assim como meu Partido, por determinação da Liderança de se abster de votar. Porque somos contra o posicionamento da escolha do Governador, porque o poder emana do povo, e o povo deve exercê-lo, portanto, as eleições não deveriam ser indiretas.

Mas, desejamos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que o Sr. Jayme Canet Junior inicie o seu governo com um sentimento de justiça e de coibir os abusos, principalmente de concessões de mandos políticos locais, que tanto prejudicaram as classes que vivem do trabalho da estrutura do Estado. Não queremos, jamais, ver o que vimos neste ano, Deputados dando concessões a Prefeitos Municipais, para que esses servissem de cabos eleitorais. Demitiam-se Diretores de estabelecimentos escolares, Delegados de Polícia, para colocar Delegados e Diretores que pudessem ser cabos eleitorais do Partido do Governo. Não queremos ver neste Governo que vai se iniciar amanhã, essa concessão que possa arruinar uma estrutura administrativa.

Queremos esclarecer, acima de tudo, a estrutura política firmada há 4 anos, porque não tem estrutura administrativa. Prefeitos municipais eleitos, na maioria pelo partido do Governo, ao invés de ficarem em seus municípios cuidando da estrutura econômica de suas comunidades, ficaram o ano inteiro em Curitiba, bajulando e trazendo abraços ao Governador, procurando estar em Palácio para receber e dar provas de fidelidade, e a maioria ficou relegado ao abandono, porque o líder, o timoneiro, o cabeça política do Estado, o cabeça administrativo do Estado também se excedeu com as questões.

O SR. MUGGIATI FILHO — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Gostaria, nesta oportunidade, primeiramente, de congratulá-lo com V. Exa. por estar mais uma vez nessa Tribuna, para externar com todo acerto, nossa preocupação, a preocupação de nosso Partido, quanto à sua linha política, entendendo-se a expressão "política" no seu alto significado. Mas, permita-me também, e por isso talvez eu até abuse da liberdade que tenho com V. Exa., mas sempre cercado e caracterizado pelo espírito de companheirismo que nos anima nesta Casa, de esclarecer apenas um ponto que nós entendemos tenha ficado, talvez em dúvida, devido ao excesso de atividade que está culminando esta semana, em relação a diversos assuntos nas várias esferas muni-

cipais e estaduais. Realmente, com relação a indicação para o cargo de Prefeito e relativamente a sabatina que se realizou nesta Casa com o futuro Prefeito indicado pelo Governo do Estado, a nossa Bancada houve por deliberação unânime dispensá-lo dessa sabatina. — (Assume a Presidência o Sr. Deputado Luiz Gabriel Sampaio) — Apenas queremos registrar que, com relação a reunião da sessão de amanhã, que é uma sessão solene de posse, apenas de posse do Sr. Governador do Estado no cargo para o qual indiretamente foi eleito e consequentemente uma sessão para a qual todos os Srs. Deputados indistintamente são convidados do próprio Presidente da Casa, prefere a liderança não considerar, questão fechada, ao contrário devemos declarar a V. Exa. que, além de ser questão aberta, portanto franqueada a presença de todos os membros de nossa Bancada, logicamente, de vemos confessar a V. Exa. que pessoalmente, estarei presente à Sessão que, neste Poder Legislativo, virá tomar posse o futuro Governador do Estado.

Permito-me fazer esta observação porque, entendo, que no corre-corre diário de nossos entendimentos talvez alguma coisa não tivesse sido feita pela Liderança no sentido de melhor esclarecer este assunto, penitencio-me perante V. Exa. se houve omissão de minha parte, para que a Casa, desde logo, fique certa de nosso rumo com relação a sessão de amanhã e para que V. Exa. aceite como boa esta decisão da Liderança de nossa Bancada.

Agradeço a V. Exa. e congratulo-me com o brilhantismo com que V. Exa. tem defendido o problema de nosso Partido nesta Casa.

O SR. LÚCIO MACHADO — Agradeço o brilhante aparte do nobre Deputado e permito-me esclarecer o seguinte:

Não desejo que fique na imaginação do Sr. Presidente, dos Srs. Deputados e principalmente do respeitável Líder da minha Bancada, que minha ida ao interior na noite de hoje represente uma forma de represália à presença do Exmo. Sr. Governador nesta Casa no dia de amanhã.

Vou porque tenho que dar cumprimento a programa de nosso Partido, oportunidade em que haverá de transmitir resoluções de alguns problemas de nossa agremiação partidária nas localidades de minha Região. De forma alguma me manifesta contra o acontecimento, principalmente, porque este será um acontecimento que deverá merecer toda a respeitabilidade não somente nossa como de nosso Partido.

Mas, Sr. Presidente, falávamos sobre a falta de liderança da estrutura da própria instituição de Governo ao ferir violentamente a estrutura administrativa das comunidades municipais nos quatro anos que passamos. Principalmente, na minha Região, Sr. Presidente, Srs. Deputados, houve o abandono por parte dos Srs. Prefeitos Municipais no que diz respeito a sua administração em razão da falta de atenção dos Poderes Públicos.

Isso foi tão caracterizado que posso afirmar sem medo de errar, que os vinte e cinco Municípios que compõem a micro-região do Norte Paranaense estão em falência. Não existem 26 Municípios em falência porque a micro-região é formada por apenas 25 municípios. Isso é, no meu entender, a falta de coerência, é a falta de capacidade orientadora, é a falta de liderança administrativa, liderança que não teve o poder de alcançar, porque ficou quatro anos o Paraná relegado a modificações imprevistas, relegado aos acontecimentos também imprevistos...

O SR. PRESIDENTE — A Mesa informa o nobre orador, que faltam apenas 2 minutos para o término do Grande Expediente.

O SR. LÚCIO MACHADO — Obrigado, Sr. Presidente.

... foi sem dúvida o pior saldo negativo Sr. Presidente, Srs. Deputados, de uma administração ocorrida neste Estado. Oxalá o Sr. Jayme Canet Junior possuía as condições e qualidades de homem de empresa, de homem afeito às finanças, de homem magistral no conhecimento de posição econômica, de estrutura, consiga se firmar na estrutura administrativa do Estado, e redimir a posição econômica deste Estado em todas as suas células, e

que não haja como houve neste Governo, o poder autoritário, a força do poder, mas sim, que haja poder de justiça e a força do poder para construir. Isto é o que nós esperamos. Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Para concluir o meu raciocínio, para concluir o meu pensamento, na véspera do posicionismo do novo Governo quero deixar aqui apenas como justificativa de pequenos fatos narrados, um fato de perseguição, de caciquismo político ocorrido há 2 anos passados, no Município de Barra do Jacaré, que evidencia a força política e a prepotência do chamado mando político pela imposição cacequista.

Em Barra do Jacaré exercia a função de Diretoria do Ginásio Estadual, uma senhora, uma moça de capacidade comprovada, comprova da pelos muitos anos de exercício do magistério, comprovada pela assiduidade e permanência na atividade de dirigir aquele estabelecimento; esta moça foi exonerada do cargo, foi enxotada do cargo, foi demitida violentamente pela força do mando político, por determinação do Prefeito Municipal que, nada tem a ver com a estrutura administrativa do Governo do Estado.

Mas isto não foi o pior, Sr. Presidente, Srs. Deputados, até hoje, dois anos decorridos e o Ginásio de Barra do Jacaré ainda não tem outro Diretor, porque só existe naquela pequena comunidade, aquela pessoa, aquela Diretoria demitida, aquela Diretora perseguida aquela Diretora vítima do caciquismo político, com capacidade para exercer a atividade diretiva do Ginásio Estadual de Barra do Jacaré.

Apenas como exemplo de minha citação, que tem como objetivo a advertência ao Exce-

lentíssimo Sr. Governador que amanhã iniciará o seu Governo.

O SR. PRESIDENTE - A Mesa informa o nobre Deputado, que o seu tempo para ocupar a Tribuna está esgotado.

O SR. LÚCIO MACHADO - Obrigado, Sr. Presidente, já concluirei, apresentando como justificativa, o Requerimento que pede providências para o caso de Barra do Jacaré. (Lê):

"Sr. Presidente.

O Deputado que este subscreve no uso de direitos que lhes são conferidos por Lei:

Considerando que, a Diretora do Estabelecimento foi demitida apesar da sua capacidade super comprovada, simplesmente por ser filha do Chefe político da outra corrente partidária.

Considerando que, o Ginásio Estadual de Barra do Jacaré, a mais de 2 anos, encontra-se sem Diretor por imposição política.

Considerando que, para satisfazer o apelo político com prejuízos administrativo e de continuidade com reflexos negativos à estrutura política do Governo.

REQUER:

Seja urgentemente, pela Secretaria de Educação e Cultura do Paraná, indicado o Diretor do Ginásio Estadual daquele município e como medida de mais alta Justiça que se faça recair a nomeação sobre a Diretora demitida por perseguição política comprovada.

Sala das Sessões, em 14/03/75.

a) LÚCIO MACHADO"

Sr. Presidente, Srs. Deputados, perdoo-me tenha eu ido além do horário necessário, mas se assim eu procedi foi para que pudesse deixar aqui firmada a minha posição de estar ao lado do Governo do Estado do Paraná, para o bem do Paraná, desde que o Governo cumpra o seu dever como Governador dos paranaenses.

- (Sem revisão do orador).

O SR. LUIZ CARLOS ZUK - Peço a palavra Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - Tem a palavra o nobre Deputado.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK - Sr. Presidente, em virtude de estar inscrito nos dois Expedientes e ter usado o tempo integral, queria que V. Exa. me inscrevesse logo após os oradores que desejarem fazer uso da palavra.

O SR. PRESIDENTE - V. Exa. será inscrito.

O SR. PRESIDENTE - Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 50 Srs. Deputados.

Sobre a Mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Otássio Pereira constante do Expediente. Necessita de apoio. - APÓIA DO. - Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 406/68, de autoria do Dep. Roberto Wyoych, que autoriza o Poder Executivo criar um Posto Agropecuário com Patrulha Mecanizada e Laboratório de Análises, subordinado à Secretaria de Agricultura, na sede do município de Cascavel. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.A.I C. - APROVADO.

PROJETO DE LEI Nº 406/68

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a criar um POSTO AGROPECUÁRIO, com PATRULHA MECANIZADA e LABORATÓRIO DE ANÁLISES, subordinado à Secretaria da Agricultura, na sede do Município de Cascavel.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 31/10/1968.

a) ROBERTO WYPYCH

JUSTIFICATIVA:

Cascavel, município eminentemente agropecuário não conta, até o presente momento, quer por parte da União, quer por parte do Estado, quer por parte do próprio município, com um serviço ou órgão dotado de recursos técnicos que possibilite proporcionar assistência mais efetiva aos agricultores e pecuaristas não somente de Cascavel, mas de toda a região, ocasionando com isso, graves e sérios problemas no que concerne ao desenvolvimento de sua produção agro-pecuária.

No intuito de procurar sanar essa grave lacuna é que nos propuzemos a elaborar o presente plano de lei que, aprovado e sancionado pelo Sr. Governador do Estado, muitos, incontáveis benefícios virá propiciar a toda a região oeste paranaense, com resultados benéficos e proveitosos para todo o Estado do Paraná.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 406/68

AUTOR: Dep. ROBERTO WYPYCH

PARECER

Compete a esta Comissão emitir seu parecer apenas quanto ao aspecto constitucional e legal. O mérito não lhe pertence.

Tratando-se de um projeto meramente autorisatório, cabendo ao Poder Executivo, mesmo transformado em lei, criar, ou não, entendemos que é constitucional e legal o presente projeto, seguindo o entendimento de que a sanção governamental, sanaria qualquer vício por ventura existente.

O Parecer é, pois, pela aprovação.

Sala das Comissões, em 6 de agosto de 1969.

a) EMILIO CARAZZAI - Presidente

a) ANTONIO LOPES JUNIOR - Relator

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

PARECER

AO PROJETO DE LEI Nº 406/68

1 - Visa o presente projeto de lei, de autoria do ex-Deputado Roberto Wypych, autorizar o Poder Executivo a criar um Posto agropecuário, com Patrulha Mecanizada e Laboratório de Análises, subordinado à Secretaria da Agricultura, na sede do Município de Cascavel.

2 - Esta matéria devidamente estudada pela douda Comissão de Constituição e Justiça, já mereceu parecer favorável.

3 - Não vemos qualquer impedimento que se lhe possa antepor, quanto ao mérito, objeto de estudo nesta Comissão, razão pela qual nosso parecer é pela APROVAÇÃO da proposição em foco.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 10 de junho de 1974.

a) ANTONIO

a) LÁZARO DUMONT - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI Nº 406/68

AUTOR: Dep. ROBERTO WYPYCH

1 - Em um estado eminentemente agrícola e com uma inegável carência de recursos assistenciais no que diz respeito à agropecuária, a medida ora proposta é das mais oportunas e dignas de apoio.

2 - Pelos motivos expostos, somos pela APROVAÇÃO.

Sala das Comissões, em 10 de setembro de 1974.

a) QUIELSE CRISOSTOMO - Presidente.

a) QUIELSE CRISOSTOMO - Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 163/69, de autoria do Dep. Paulo Poli, que autoriza o Poder Executivo criar na cidade de Umuarama, uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.E.P., com SUBSTITUTIVO GERAL. - Em discussão.

PROJETO DE LEI Nº 163/69

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a criar na cidade de Umuarama, uma FACULDADE ESTADUAL DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS, para funcionar a partir do ano de 1971.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 2 de setembro de 1969.

a) PAULO POLI

JUSTIFICATIVA:

É dever primordial do Estado dar condições para o aprimoramento da cultura do seu povo.

É público e notório que UMUARAMA, município que apresenta considerável índice de desenvolvimento sócio-econômico, contribui com o Estado com sua elevada arrecadação e um índice de densidade demográfica em sentido ascensional. Considerando ainda, que conta com mais de 20.000 eleitores.

Além do mais, sua situação geográfica é mais um fato positivo para a concretização de que aquela Comunidade, levando em consideração que uma das metas do Poder Executivo é voltada à Cultura, fato comprovado com a criação de Faculdades em outras cidades do interior do Paraná.

Por esta e outras razões de ordem educacional, considero justa a reivindicação daquele município promissor, e, de conformidade com as disposições legais, apresento o referido projeto, e considero justificado.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER

AO PROJETO DE LEI Nº 163/69

1º - A presente proposição, de autoria do nobre Deputado Paulo Poli, visa autorizar o Poder Executivo a criar uma Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras, na cidade de Umuarama.

2 - Trata-se de matéria puramente autorizatória e quanto a sua oportunidade convenecemos a justificativa de seu autor, razão pela qual opinamos pela sua APROVAÇÃO, na forma do SUBSTITUTIVO GERAL anexo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 26 de outubro de 1974.

a) ARMANDO QUEIROZ DE MORAES - Presidente

a) MAURÍCIO FRUET - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

SUBSTITUTIVO GERAL AO

PROJETO DE LEI Nº 163/69

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a criar uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, na cidade de Umuarama, para funcionar a partir do próximo ano letivo.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em / / 1974.

a) ARMANDO Q. MORAES - Presidente

a) MAURÍCIO FRUET - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI Nº 163/69

PARECER

1 - O projeto mereceu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, na forma do Substitutivo Geral ali apresentado.

2 - Trata-se de medida meramente autorizatória, porém de inegável alcance social da da a extensão territorial da região beneficiada, sua população e o conseqüente número de jovens em condições de se beneficiarem com a medida.

3 - Face ao exposto, somos pela aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 5/12/72.

a) FUAU NACLI - Presidente

a) JORGE SATU - Relator

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

PROJEIO DE LEI Nº 163/69

PARECER

De autoria do nobre Deputado Paulo Poli o Projeto de Lei ora submetido à deliberação desta Comissão, objetiva criar na cidade de Umuarama, uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras.

As Doutas Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças, em sua devida oportunidade, opinaram favoravelmente a tramitação da proposição.

Quanto ao mérito, objeto de exame por parte desta Comissão, entendemos que o Município de Umuarama pelo desenvolvimento sócio econômico que apresenta, pelo aumento considerável da sua população, está em condições de abrigar uma faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, proporcionando ao Estado um desenvolvimento cultural dos mais significativos.

Com efeito, opino pela APROVAÇÃO da proposição, nos termos do substitutivo Geral apresentado pela Douta Comissão de Constituição e Justiça.

É o parecer.

Sala das Comissões, em /04/1974.

a) ANTONIO LOPES JUNIOR - Presidente

a) ROSÁRIO PITELLI - Relator

O SR. PRESIDENTE - Com a palavra o Sr. Deputado João Sioni Netto.

O SR. JOÃO SIONI NETTO - A título de colaboração, Sr. Presidente, naquela cidade já se encontra a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras funcionando a partir de maio de 1972, quando recebeu sua aula inaugural e como não estamos a par, totalmente do Regimento Interno desta Casa Legislativa, não sabemos se deveria este processo ser arquivado ou retirado da Ordem do Dia de hoje. Deixamos para que o nosso Líder possa falar sobre o mesmo.

O SR. PRESIDENTE - Continua em discussão.

O SR. MUGGIATI FILHO - (Pela ordem). Sr. Presidente, Srs. Deputados. Se pude entender a ilustrada questão de ordem do nobre De-

putado João Sioni Netto, o Projeto deixa de ter validade por já existir a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Umuarama, sendo de verdadeiras estas informações e o Projeto contendo com pareceres favoráveis, e não mais o seu autor que foi um ilustre Deputado que contou esta Casa tem aqui assento, acho que o caminho certo será recusar, Sr. Presidente. Portanto, a nossa Bancada votará contrariamente ao Projeto de Lei nº 163/69.

O SR. IVO THUMAZONI - (Pela ordem). Sr. Presidente.

Estou aguardando que V. Exa. encerre a discussão para que eu então possa falar no encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE - Encerrada a discussão. Em votação.

O SR. IVO THUMAZONI - (Para encaminhar a votação). Sr. Presidente, diante das razões apresentadas pelo eminente Deputado, de nossa Bancada, representante do Município de Umuarama, a Bancada da ARENA pelas razões expostas, muito embora entende, o Deputado autor da propositura tivesse tido na época a melhor das intenções ao apresentar este Projeto, votará contrariamente à aprovação do Projeto.

O SR. PRESIDENTE - Continua em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permanecem como estão. - REFEITADO.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 163/70, de autoria do Dep. Erondy Silvério, que autoriza o Poder Executivo a obter empréstimo externo até o montante de Cr\$ 70.000.000,00 (setenta milhões de cruzeiros) para atender ao custeio com pavimentação e serviços complementares, do trecho de estrada compreendido entre Londrina e Mauá, e dá outras providências. Parecer CONTRÁRIO da C.C.J. - Em discussão. Encerrada a discussão. - Em votação.

PROJETO DE LEI Nº 163/70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a obter empréstimo externo até o montante de Cr\$ 70.000.000,00 (setenta milhões de cruzeiros), ou valor equivalente em moeda estrangeira, considerada cotação cambial da data desta Lei, para atender ao custeio com pavimentação, serviços complementares, e estudos de engenharia especificamente do trecho de estrada compreendido entre Londrina e Mauá (Londrina-Mauá), em uma extensão de aproximadamente 65 km constante do Plano Diretor, elaborado pelo GEIPOT, em cooperação com o BIRD, para o decênio 1966-1976.

§ Único - A garantia a ser oferecida para a consecução do empréstimo, a que se refere a presente Lei, consistirá na emissão de Notas Promissórias, até o valor constante do artigo anterior, negociáveis e transferíveis

para cuja emissão e aval ficam autorizados o Governo do Estado, o Tesouro do Estado, e bem assim o Banco do Estado do Paraná S/A, e o Banco de Desenvolvimento do Paraná S/A., respeitados, quanto a estes, as limitações legalmente impostas referentes a juros, capital, e taxas adicionais, em favor de finanças estrangeiras.

Art. 2º - A operação de crédito a que faz referências o Art. 1º deverá obedecer as normas estabelecidas pelo Governo Federal, a traves de seus órgãos competentes, inclusive no que concerne a juros, taxas, comissões, câmbio e prazos.

§ 1º - Os onus tributários sobre o pagamento do principal e juros ficará a cargo do mutuário final da operação de crédito.

§ 2º - O pagamento de taxas adicionais de expediente, abertura de crédito, calculado sobre o capital e juros será suportado pelo Estado até o limite de 3,2% (três virgula dois por cento), devendo constar nos Orçamentos Plurianuais de Investimento a importância da despesa.

Art. 3º - Nos Orçamentos Plurianuais de Investimento constarão dotações anuais destinadas a amortização e resgate da operação de crédito ora autorizada de acordo com os critérios de amortização e resgate no valor a ser contratado com fundamento na presente Lei.

Art. 4º - A contratação dos serviços previstos no Art. 1º, do presente diploma legislativo, será feita consoante as condições estabelecidas nesta Lei, e conforme as disposições do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1957.

§ 1º - Para a contratação dos serviços, no interesse do serviço público e segundo o Decreto-Lei 200, serão levadas em conta as condições de qualidade e de pagamento, rendimento, preço, prazo, e bem assim, tendo em vista a necessidade da imediata execução das Obras, e a complexidade para a conclusão do financiamento externo, o Poder Executivo procederá a contratação direta dos serviços com a preferência da empresa que comprove ter condições favoráveis à obtenção do empréstimo externo.

§ 2º - Os preços dos serviços serão estabelecidos na Tabela de Preços do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, aprovada pelo Conselho Executivo daquele órgão, em 18/05/64, devidamente atualizada.

§ 3º - As revisões de preços deverão obedecer rigorosamente as normas contidas na legislação federal (decreto-lei 185/57).

§ 4º - Para impedir o retardamento das obras contratadas mediante financiamento externo fica o Poder Executivo autorizado a consignar no orçamento os recursos necessários que correrão à conta das dotações orçamentárias próprias.

Art. 5º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Orçamento Geral do Estado, na dotação 70-4-2-62-03-0, Departamento de Estradas de Rodagem, Consignação 4.3.3.0 "auxílio para Obras Públicas", um crédito suple-

mentar até o valor de Cr\$ 70.000.000,00 (setenta milhões de cruzeiros), servindo como recurso para a sua abertura, o produto do empréstimo de que trata a presente Lei.

§ 1º - O crédito aberto será utilizado, para pagamento à vista, especificamente ao empreiteiro contratante.

Art. 6º - O Poder Executivo poderá expedir instruções complementares quando necessário ao fiel cumprimento desta Lei.

Art. 7º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28 de julho de 1970.

a) ERONDY SILVÉRIO

JUSTIFICATIVA

O plano de lei que ora submetemos à elevada apreciação de nossos pares, é altamente significativo, pois visa suplementar recursos financeiros destinados a obras à cargo do Departamento de Estradas de Rodagem, onde, como é do conhecimento geral, a Administração Pública vem concentrando grandes esforços no sentido de que, ainda no decurso deste ano, sejam iniciadas ou concluídas novas obras rodoviárias, fato que, sem a menor sombra de dúvida, dará motivação a que o Estado do Paraná apresente um desenvolvimento, em índices nunca antes verificados em nosso Estado.

Por outro lado, merece destacar que o projeto de lei em questão, contém dispositivos expressos de que, na sua execução, deverão ser rigorosamente obedecidos os preceitos da Legislação Federal, aplicáveis à espécie, como sejam os Decretos-Lei números 185/57 e 200/67.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
AUTOR: ERONDY SILVÉRIO

PARECER

1 - O Projeto vem articulado e justificado, nos termos em que dispõe o Regimento Interno.

2 - A iniciativa em tela fere o art. 34 da Constituição Estadual, que está assim redigido:

"Art. 30 - É da competência do Poder Executivo a iniciativa das leis orçamentárias e das que abrem créditos, fixam vencimentos e vantagens dos servidores públicos, concedam subvenção, auxílio, ou, de qualquer modo, autorizem, criem ou aumentem a despesa pública.

Por outro lado, verifica-se que a mesma Proposição perdeu a sua oportunidade, tendo em vista que foi consignado no Orçamento Plurianual de Investimentos para o triênio 71-72-73, em Consignação diversa da prevista pelo aludido plano de lei, verba necessária para os serviços de pavimentação da Rodovia Londrina-Mauá.

Assim, pois, em face das razões expendidas, somos pela REJEIÇÃO do projeto.

É o parecer..

Sala das Comissões, em /04/1971

a) CÂNDIDO MARTINS DE OLIVEIRA

O SR. IVU THUMAZONI - (Para encaminhar a votação). Sr. Presidente. Quer me parecer que pelas mesmas razões aqui aludidas, quando da votação do Projeto de Lei nº 163/69, também o Projeto Lei nº 163/70, deve merecer da Casa o voto pela rejeição. Quer me parecer, Sr. Presidente, que a época em 1970, que este Projeto foi apresentado pelo eminente ex-Deputado Erondy Silvério, talvez fosse válida a propositura.

Todavia, como o Paraná todo sabe, a estrada Londrina-Mauá, já foi construída e entregue ao trânsito, não vejo razões para que se aprove este Projeto de Lei.

Queria ao ensejo, ao solicitar o voto contrário da minha Bancada, cumprimentar, o Governo arenista que houve por bem construir esta estrada para propiciar um maior desenvolvimento da rica e próspera região do nosso norte do Estado. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - Continua em votação. REJEITADO.

O SR. PRESIDENTE - Sobre a Mesa, Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domício Scaramella, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Leão Emiro Bettega. - APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Otássio Pereira, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Governador do Estado, no sentido de que, através da Fundepar, sejam realizadas reformas nos prédios do Grupo Escolar "Dr. Sebastião Paraná" e Ginásio Estadual do Município de Wenceslau Braz. - APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Otássio Pereira, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Governador do Estado, no sentido de ser determinada a construção pela Fundepar, de novos prédios para o Grupo Escolar "Newton Guimarães" e para o Grupo Escolar do Jardim Leonor, em Londrina. APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Aguinaldo Pereira Lima, constante do Expediente, solicitando voto de congratulações ao Sr. Governador do Estado, pela inauguração da importante ferrovia Estrada de Ferro Central do Paraná. - Em discussão. - Encerrada a discussão. - Em votação.

O SR. MAURÍCIO FRUET - (Para encaminhar a votação). Sr. Presidente, Srs. Deputados. Infelizmente, não se encontra em Plenário, o nobre Deputado Aguinaldo Pereira Lima, autor do Requerimento ora em votação. Requerimento de congratulações ao Exmo. Sr. Governador pela inauguração da Estrada de Ferro Central do Paraná.

Nós participamos da viagem, não foi da inauguração, simplesmente se constituiu na primeira viagem ligando o Sul ao Norte.

Pessoalmente, já tivemos oportunidade de congratularmo-nos com S. Exa. pelo esforço dispendido na concretização dessa obra, cuja inauguração deverá ocorrer, aproximadamente, daqui a seis meses.

Era essa a ressalva que queria apresentar ao Requerimento de autoria do Sr. Deputado Aguinaldo Pereira Lima, Requerimento de congratulações à primeira viagem entre Sul e Norte e que se constitui como um fato histórico e estórico.

Era só, Sr. Presidente.
- (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE - Continua em votação.

O SR. IVU THUMAZONI - (Para encaminhar a votação). Sr. Presidente, no encaminhamento de votação do Requerimento de autoria do nobre Deputado Aguinaldo Pereira Lima, foi feita uma ressalva pelo nobre Deputado Maurício Fruet. Mas, acredito, com essa ressalva, não pretendeu tirar o mérito dessa grandiosa obra.

Realmente, Sr. Presidente, no instante que o Governador Emílio Gomes deixa o Governo do Estado, esta Assembléia não poderia deixar sem registro esse acontecimento, creditando a ele talvez a maior parcela de responsabilidade na obra que é tida por todos os paranaenses como aquela que virá contribuir em muito para que não haja maior aviltamento nos preços da enorme safra agrícola da região, o que significará o barateamento do custo do frete que demandará do Norte ao nosso principal Porto de exportação. Não vejo porque, Sr. Presidente, se deva alterar a redação do Requerimento. Não significou aquela viagem inaugural uma festa de mero simbolismo e fixação de pedra fundamental, como já se disse aqui, não se mataram inúmeras boiadas, que segundo um Deputado só isso já deve ter custado mais do que o valor da obra rodoviária que esperam. Mas, sem exagero de pretendemos ridicularizar o Governo, quero significar, no apoioamento que pretendo dar com toda seriedade à iniciativa do Deputado Aguinaldo Pereira Lima, porquanto no seu bojo pretende reconhecer o esforço de um homem, que tendo exercido o Governo do Estado, por curto período, se fez merecedor do respeito e admiração, pelo seu comportamento, pelas suas atitudes, pelo trabalho incansável realizado à frente da administração pública estadual. Obrigado.

- (Sem revisão do orador)

O SR. MUGGIATI FILHO - (Pela ordem). Sr. Presidente, para que nossa Bancada possa se orientar na votação da matéria, gostaríamos, que houvesse de parte da Mesa esclarecimentos se foi aceita a Emenda proposta pelo Deputado Maurício Fruet, em cujas palavras, por ter sido um elemento de nossa Bancada presente nessa viagem, nos louvamos.

Reservamo-nos ainda o direito de falar, para encaminhar a votação, após os esclarecimentos sobre a forma pela qual a Mesa orientará a votação.

O SR. PRESIDENTE - A Mesa esclarece que o Deputado Maurício Fruet mandou confeccionar por escrito a sua Emenda ao Requerimento do Deputado Aguinaldo Pereira Lima, no sentido de que, onde diz "inauguração" seja colo-

dado "pela primeira viagem histórica" da Estrada de Ferro Central do Paraná.

Em votação o Requerimento com o seguinte teor. (Lê):

"Senhor Presidente:

Proponho à Mesa, ouvida a Casa, que se emende o Requerimento do Sr. Deputado Agui-
naldo Pereira Lima, conforme segue:

Substituem-se as expressões:

"... pela inauguração..."

por

"... pela primeira e histórica viagem."

Sala das Sessões, em 14 de março de 1975.

a) MAURÍCIO FRUET

O SR. MUGGIATI FILHO - (Para encaminhar a vo-
tação). Sr. Presidente, em que pese a
validade dos conceitos emitidos pelo nobre
Líder do Governo, também entendemos, que a
obra em si não se acha inaugurada e não ve-
mos nisso qualquer demérito ao Governo do Sr.
Emílio Gomes, uma vez que é inegável o esfor-
ço da administração que finda em construí-la.
Tivemos oportunidade nesta Casa, ao tempo em
que se paralisou a obra, inclusive de reque-
rer e participar de uma Comissão Especial que
verificou os acertos e desacertos governamen-
tais com relação ao problema da Central do
Paraná. Mas, agora, Sr. Presidente, Senho-
res Deputados, não nos parece também que de-
vemos colocar os vagões adiante da locomoti-
va, e darmos por inaugurada uma obra que ain-
da não se acha entregue ao público.

A viagem realizada pelo Governo do Esta-
do e pelas demais autoridades paranaenses, in-
clusive com a presença de autoridades fede-
rais, não deixa de ter sua grande valia his-
tórica, porque realmente está concretizada a
estrutura da obra, mas disso até à inaugura-
ção ou seja, o seu funcionamento em benefíci-
o da economia, da cultura e do povo paranaen-
se demanda ainda algum tempo.

Por isso a nossa Bancada, Sr. Presidente,
Srs. Deputados, votará com a Emenda do De-
putado Maurício Fruet, por coerência com a ver-
dade e porque, do mesmo modo presta ao Chefe
do Poder Executivo as homenagens que Sua Ex-
celência se fez credor por parte desta Casa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - Continua em votação o Re-
querimento, ressalvada a Emenda inicial-
mente aprovada.

Em votação a Emenda do Deputado Maurício
Fruet.

O SR. GILBERTO CARVALHO - (Para encaminhar a
votação). Sr. Presidente, Srs. Deputa-
dos, nós também participamos dessa viagem hi-
stórica, e creio que a intenção do eminente De-
putado Aguiinaldo Pereira Lima foi das melho-
res mas, com um engano ao redigir o Reque-
rimento, quando se disse "inauguração". Por-
isso nós votaremos favoravelmente à Emenda do
nobre Deputado Maurício Fruet, conforme en-
tendimentos já havidos com o eminente líder
do Governo.

O SR. IVO THOMAZONI - (Para encaminhar à vo-
tação). Sr. Presidente, no primeiro pro-

nunciamento feito nesta 8ª Legislatura, devo
ter afirmado que a Liderança pretendia que a
unidade da Bancada era fundamental - liberda-
de total da Bancada como ocasional - e que
não haveríamos de transigir desta mesma uni-
dade de Bancada, no instante em que estives-
se em jogo o bem estar da coletividade, se
para tanto fôssemos chamados a deliberar e
quando de nós dependessem soluções.

Veja V. Exa. como divergem os pontos de
vista. Entende este humilde Deputado que tem
a honra, fruto talvez das circunstâncias, de
liderar a valorosa Bancada da ARENA, que, já
houve ato inaugural da obra; não quer dizer
que, ao entrar em operação a Estrada Central
do Paraná dentro de 60 dias, não venha a ofe-
recer novo ato inaugural. Não me refiro ao
fato da obra estar ou não acabada, quando
obras de paisagismo devem merecer toda a
atenção, para o seu embelezamento. O que eu
quero dizer, é que a proposição do Deputado
Aguiinaldo Pereira Lima, era que o ato inau-
gural foi dado como realizado e acabado. Com-
putado tão somente alguns reparos para que
possa se operar de forma definitiva, dentro
de 60 ou 90 dias. Não vem ao caso. Eu votei
porque estou consciente que não haverá
outro ato inaugural de que se cumprimente
pela inauguração, não vejo também porque
não se acrescente pela inauguração represen-
tada pela viagem histórica, mas pretender
afirmar que não houve ato inaugural não é
verdade porque nós fomos convidados, aceita-
mos, grande parte dos Srs. Deputados partici-
param do ato inaugural perfeito e acabado
com aplausos de todos. São estas as razões
pelas quais este Deputado respeitando como
pretende respeitar sempre a opinião do povo
e de todos os meus eminentes Pares, pede pa-
ra que votem com a Emenda do nobre De-
putado Maurício Fruet e tão somente votarei,
mesmo que sozinho, porque considero no dever
de prestar esta homenagem a Emílio Gomes. -
(Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE - Continua em votação. Para
encaminhamento de votação, concedo a pa-
lavra ao Deputado Maurício Fruet.

O SR. MAURÍCIO FRUET - (Para encaminhar à vo-
tação). Sr. Presidente, gostaria apenas
de esclarecer a esta Casa o objetivo da Emen-
da de minha autoria ao Requerimento formula-
do pelo nobre Deputado Aguiinaldo Pereira Li-
ma, foi simplesmente com o objetivo de escla-
recer os ínclitos Deputados com compõem este
Poder. Se o nobre Deputado Ivo Thomazoni, Lí-
der do Governo, tivesse participado desta
viagem e ao mesmo tempo observado com mais
cuidado, o convite formulado aos Srs. Deputa-
dos veria perfeitamente que não seria feita,
na oportunidade, a inauguração da Estrada
e sim a primeira viagem daquele percurso.
Posso informar inclusive a S. Exa. que na
opinião de técnicos que participaram desta
viagem, a Estrada de Ferro Central do Paraná
terá condições de tráfego normal talvez da-
qui a seis meses aproximadamente e fizemos
a ressalva de que votaríamos favoravelmente
a um voto de congratulações ao Sr. Governador

por entendermos como bem salientou o nobre Deputado Líder do Governo que o seu Governo propiciou recursos e incentivos à construção desta obra, por cujos benefícios a economia paranaense não precisava ser destacada pois é de todos reconhecida, e simplesmente, por uma questão de realidade, de verdade, propoemos esta Emenda ao Requerimento formulado pelo nobre Deputado Aguinaldo Pereira Lima e posso acrescentar ao Líder do Governo, o atual Governador Emilio Gomes pessoalmente fez questão de frizar que não era a inauguração da Estrada e sim a primeira viagem histórica.

O SR. PRESIDENTE — Continua em discussão. Em votação a Emenda. — Aprovada.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Muggiati Filho, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Secretário de Segurança, no sentido de que sejam tomadas medidas especiais, no trágico acontecimento em que perdeu a vida o conceituado advogado Dr. José Alberto Stawinski. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do Expediente, solicitando seja oficiado ao Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal, para que o mesmo pronuncie-se a respeito da matéria veiculada pelo conceituado matutino "Gazeta do Povo", sob o título "Continua má a qualidade do leite". — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Enéas Faria, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Magnífico Reitor da Universidade Federal do Paraná, no sentido de ser aumentado o contingente de funcionários destinados ao registro de diplomas. — Em discussão.

O SR. GILBERTO CARVALHO — (Pela ordem) Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Fica adiada a discussão, na forma do Art. 150, do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezzi, constante do Expediente, solicitando a transcrição nos Anais da Casa, a matéria publicada no jornal "O Estado de São Paulo", sob o título "Deputado Situacionista Quer o Comparecimento do Ministro" e que trata de pronunciamento do Sr. Deputado Federal Norton Macedo. — Aprovado. (A matéria a ser publicada, acha-se transcrita no final desta Ata).

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lúcio Machado, lido da Tribuna, solicitando, urgente a indicação através da Secretaria de Educação e Cultura, a nomeação de Diretora para o Ginásio Estadual de Barra do Jacaré. — Aprovado.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra para explicações pessoais, ao Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Inicialmente agradecendo ao nosso compatriota José Antonio Del Ciel da cidade de Londrina, que veio testemunhar de que realmente nesta Casa de Leis, prende-se acima de tudo a coerência da amizade, da sinceridade, e do respeito político.

E nós, primando por este respeito político, no nosso pronunciamento no Pequeno Expediente da reunião de hoje, não queríamos entrar em detalhes com referência ao ocorrido em minha cidade que é Ponta Grossa. Mas depois, de ouvir a palavra nesta Tribuna, do ilustre Deputado Fabiano Braga Côrtes que desvirtua a realidade dos fatos, que vem aqui falar em termos usados pela nossa pessoa, de desairosos. Desairosos é a sua presença nesta Tribuna, nobre Deputado, que não tem suficiente conhecimento político, do fato realizado. Lá está, em Ponta Grossa, o discurso de S. Exa. o Sr. Governador do Estado, já preparado antecipadamente, aonde se lia como leu o Governador claramente, representando a Assembléia Legislativa do Paraná na pessoa do Presidente, o nobre Deputado Fabiano Braga Côrtes, e ele mesmo ouviu isso. E na ressalva que fiz antecipadamente, eu falava em termos regionais e municipais, eu ainda dava razão a disparidade que existe entre o Deputado David Federmann, a nossa pessoa e a Prefeitura de Ponta Grossa, são questões políticas. O Deputado David Federmann não é da ala da ARENA da Prefeitura. E a nossa pessoa também por pertencermos ao MDB também não fazemos parte da ala da Prefeitura.

O SR. IVO THOMAZONI — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado, ouvi o pronunciamento de V. Exa. e tive oportunidade também de ouvir o pronunciamento do Deputado Fabiano Braga Côrtes, nosso nobre companheiro de Bancada. E uma das preocupações que tem este Deputado é, primeira: Se a liderança, ou melhor, se a Presidência da Assembléia Legislativa do Paraná, tem o cuidado de munir a Comissão de um expediente do qual cientificou a Prefeitura Municipal de Ponta Grossa de que uma Comissão composta por V. Exa., pelo Deputado David Federmann, e Deputado Fabiano Braga Côrtes, que havia sido designado por esta Casa para representá-la no ato de posse do novo Prefeito.

Se considerada válida a observação de que o expediente foi entregue ao Serviço de Relações Públicas daquela Prefeitura, porque estamos habituados, em todas as solenidades, desta Casa Legislativa, o discurso — é verdade — vai sempre escrito, mas a relação das autoridades é fornecida pelo Serviço de Relações Públicas. E isso deve ter ocorrido em Ponta Grossa.

Então, não quer me parecer válida a argumentação levantada por V. Exa. que houve falha por parte do Sr. Jayme Canet Junior. A credito que deve ter havido falha do Serviço de Relações Públicas, e não se deve envolver

a futura do Sr. Governador, nesse episódio.

Era esse o aparte que queria oferecer a V.Exa.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK — Agradeço o aparte do nobre Deputado Ivo Thomazoni, mas queria, realmente, esclarecer a esta Casa que esse episódio foi planejado em virtude da desmoralização da ARENA, em Ponta Grossa, res salvando o nobre Deputado David Federmann — que sempre primou por uma linha de decência política. Tenho a impressão que S. Exa. o Sr Governador, movido por outros interesses, por que não conseguira publicamente, através das eleições, através nossos atos, quando Vereador, representando o povo de nossa cidade, conseguiu S. Exa. com que, publicamente, fosse emitido, através de seu discurso, a omis sa, premeditada e consciente responsabilida de por uma falta de decência política, falan do em três Deputados Federais ausentes, esque cendo-se do mais votado, aquele que represen ta 60 por cento e que foi José Gomes do Ama ral, citava aquela personalidade, em um dis curso preparado antecipadamente, dois ilus tres Deputados, David Federmann e Fabiano — Braga Côrtes, naquela hora representando a Assembléia Legislativa.

Mas, esquecendo S. Exa. o Sr. Governador, a decência política, volto a frizar, voltarei à Tribuna, falarei todas as horas, todos os dias, durante os anos em aqui pas sar contra atos dessa natureza que S. Exa. ve nha a praticar.

E mais ainda, Srs. Deputados, nós fomos testemunhas e todo o povo de minha cidade, foi, que, na mesma hora em que aquela autori dade usava da palavra, houve alguém que dis se: "e o Zuk, Governador?" E imediatamente, o pessoal da Segurança tentou tirar do local a aquela pessoa. E eu disse que se tirassem a aquela pessoa eu também me retiraria. O Go vernador foi omissso, não deveria ter feito divisionismo. Porque, nós queremos somar nos sos esforços com o Governo e trabalhar pelo nosso Estado. E se não fosse a nossa inter venção nesse episódio, teria havido um tumulto maior, iria ali ser registrado e S. Exa., indiretamente, iria ser atingido pelo escândalo.

É essa a falta de respeito da maior au toridade do Governo para com a minha cidade. Não temos nada contra a pessoa de Jayme Ca net Junior, porque não o conhecemos pessoalmente, faremos, isto sim, uma vigilância per manente e pública desse futuro Governo que, como disse o Deputado Enéas Faria, não é go verno indireto, mas governo obliquo do Para ná.

Queria, neste momento, fazer com que nesta Casa ficasse registrada a palavra do povo de Ponta Grossa, que aqui se fará pre sente, diariamente, em nome de minha cidade, de minha região.

O SR. FABIANO BRAGA CÔRTEZ — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento) — O que mais me levou a Ponta Grossa foram laços de amiza de que eu tenho com nosso ex-colega Amadeu

Puppi. E amizade é algo de sublime. Como bem disse V. Exa. no início de sua oração, quan do falou sobre amizade e respeito político. E foi isso, com amizade e respeito político, que sempre procurei, nobre Deputado, nortear a minha vida pública. Disse V. Exa. que quan do fui à Tribuna desvirtuei a realidade. Fui à Tribuna, nobre Deputado, para justificar que, quando o Sr. Governador, ou quando a Mesa que dirigia os trabalhos na Câmara Muni cipal havia dito que eu estava representando a Assembléia, e eu...

O SR. LUIZ CARLOS ZUK — Não estou me referin do ao episódio da Câmara Municipal mas ao pronunciamento oficial de S. Exa. o Sr. Governador.

O SR. FABIANO BRAGA CÔRTEZ — Chego lá. Mas desconhecia eu, como desconheço ainda que haja algo contra V. Exa. e o Deputado David Federmann. Vim a saber disso no final da solenidade, quando V. Exa. me falou. V. Exa. é estemunha que chamei a assessoria ao lado, na Prefeitura, dizendo que havia uma Comissão de Deputados para representar a Assembléia Legislativa naquela ato. V. Exa. é testemunha disso e foi V. Exa. que me apre sentou o Chefe do Cerimonial da Prefeitura. Quando foi ler a relação das autoridades, o Sr. Governador leu aquela relação que lhe foi entregue pela Assessoria. Assim, quero significar que não fui à Tribuna para desvir tuar a realidade.

Prego, nobre Deputado, a amizade e o respeito político e foi isso que pedi da Tri buna. Tenho certeza do respeito político que o Sr. Governador tem por esta Casa, porque, conheço o Sr. Governador do Estado. V. Exa. diz que não teve o prazer de conhecê-lo, mas brevemente V. Exa. terá o prazer de conhecê-lo e tenho certeza que V. Exa. haverá de re conhecer, para o bem do Paraná, os grandes feitos pretendidos pelo Sr. Governador Jayme Canet Junior para o bem do Paraná e do Bra sil.

Afirmo mais a V. Exa. que todos os Depu tados que foram eleitos pelo povo, tanto da Arena como do MDB, estarão sempre vigilantes nesta Casa para com os atos do Executivo. Lem bro V. Exa. que também já fui oposição nesta Casa e espero que, conforme...

O SR. LUIZ CARLOS ZUK — Sr. Presidente, soli cito a V. Exa. que me conceda a palavra.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa assegura a palavra ao Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK — Agradeço o aparte e queria dizer que, cada pronunciamento no so nesta Casa é taquigrafado pelas Senho ras aqui presentes e posteriormente transcri to em laudas.

V. Exa. foi explícito em se pronunciar em fatos desairosos levados pela minha pes soa, ao conhecimento desta Casa. Consequentemente, caiu o seu conceito político. V. Exa. falou em amizade., antes de se pronunciar vi ria — se houvesse um sentido de amizade — a dar conhecimento, a este Deputado e o Depu

tado David Federmann, de que os fatos assim lá se desenrolaram, por ignorância, fatos - que aqui iriam ser relatados. Se. V. Exa. tivesse um sentimento, não somente de defender a pessoa do Governador Jayme Canet Junior, teria antes de mais nada, aquela ocasião já como representante do povo que é, tido a oportunidade de fazer referência não àquela pessoa por nós assim apresentanda, mas à assessoria de Sua Excelência o Governador do Estado, que havia preparado não a apresentação - das autoridades...

O SR. PRESIDENTE — A Mesa comunica que se acha esgotado o tempo de que dispunha V. Exa.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK — Agradecendo a Presidência desta Casa...

O SR. IVO THOMAZONI — (Pela Ordem) Sr. Presidente, apenas para uma demonstração - de democracia plena e de respeito para com todos os Parlamentares da ARENA e do MDB, no caso para com a figura do eminente Deputado que está na Tribuna. V. Exa., regimentalmente, poderia prorrogar por 15 minutos o tempo que Sua Excelência poderia ocupar a Tribuna, para que continue falando sobre o assunto?

O SR. PRESIDENTE — Esta Presidência esclarece o nobre Deputado, que a Mesa iria prorrogar o tempo do Deputado, desde que sua Excelência solicitasse.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK — Eu solicito a prorrogação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Concedida a prorrogação - por mais 15 minutos, desta feita improrrogáveis.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK — Concedido o tempo pela Presidência, queria agradecer ao Deputado Maurício Fruet, que já havia referendado o que o nobre Líder da ARENA pronunciou e, queria realmente que nesta Casa ficasse no dia de hoje esclarecido do fato ocorrido na minha cidade.

Continuando, nobres Deputados, Sua Excelência, num discurso dirigido, num discurso preparado fez com que fosse marginalizada a nossa representação política, a representação política do nobre Deputado José Gomes do Amaral.

O SR. ENÉAS FARIA — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado, o episódio de Ponta Grossa conheço pelas declarações de V. Exa. Lamentável, tristemente lamentável que houvesse ocorrido da forma como ocorreu, mesmo porque, Sua Excelência o Governador, que haverá de tomar posse amanhã, devera comungar conosco a respeito de que aqui estamos acima de quaisquer sequelas, como efetivos representantes, do povo paranaense, e aqui encarnando a figura de parlamentares do Estado.

Mas, devo dizer que me congratulo com V. Exa. pelo tratamento dado à matéria com respeito à filosofia e à doutrina das eleições diretas/indiretas.

Como homem do MDB, que e também V. Exa., comungamos a mesma idéia, e quero dar testemunho, em continuação às palavras de V. Exa., que a eleição indireta já era caso concreto, na indicação do Governo que para aqui virá e era preciso que nós, homens do MDB, usássemos quotidianamente das nossas prerrogativas e, como paranaenses confiássemos em Deus e confiássemos ardentemente que, embora Governador de eleição indireta, jamais trouxesse para o bem do Paraná um Governador obliquo, muito embora pelo aparte de V. Exa...

O SR. LUIZ CARLOS ZUK — Agradecendo o aparte do nobre Deputado Enéas Faria. Quero agradecer a esta Casa que o nosso pensamento não é um pensamento em sentido próprio. Fomos solicitados pelos nossos companheiros, pela ala universitária de Ponta Grossa, pelos professores que lá estavam presentes, enfim, pelas autoridades que nos acompanharam nesta última eleição, se a mais alta autoridade do Estado ou da União, mesmo que fosse, seja quem for, ao aportarem a sua cidade têm de ter descência política, têm de reconhecer os seus representantes, têm de ter a moral suficientemente dotada de um lar cristão, que é a da educação de berço, para reconhecer de que uma família composta de pai, mãe e fi-

lhos, o pai de Ponta Grossa é a Arena, os filhos são o povo de Ponta Grossa e da Região, mas S. Exa. esqueceu o primordial, que foi a mãe de Ponta Grossa nas eleições, que é o MDB, e neste paradoxo, quero citar que S. Exa., esquecendo-se a mãe, fez com que nessa comparação não reconheça mesmo o direito de homens, o direito de homem público para com a família de Ponta Grossa, faltou S. Exa. com a decência política. Voltarei quantas vezes necessárias a esta Tribuna para dizer que S. Exa. esqueceu a mãe de Ponta Grossa, a mãe política. Concedo o aparte ao Deputado Mattos Leão.

O SR. ARAGÃO DE MATTOS LEÃO — Nobre Deputado, nós temos ouvido de V. Exa. insistentemente usar o termo decência política, decência moral. Nas últimas frases de V. Exa., V. Exa., chama o futuro Governador do Estado de Dr. Jayme Canet Junior de indecente e amoral. Quer dizer, é indecente e amoral.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK — Caçando o aparte, Sr. Presidente, eu não chamei e não chamo, está aí a taquigrafia.

O SR. ARAGÃO DE MATTOS LEÃO — S. Exa. disse que o Governador não tem decência e não tem moral.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK — Na sua concepção de homem consciente, continua com o aparte.

O SR. ARAGÃO DE MATTOS LEÃO — De modo que achamos já temeridade esta afirmativa e não podemos concordar porque se S. Exa. está pregando moral e decência e como eu o conheço, nobre Deputado, acho que V. Exa. está bastante inflamado e talvez ultrapassando o

limite de que realmente sua consciência gostaria de exprimir. Portanto, gostaria de chamar a atenção de S. Exa. para um documento de termo porque já que foi aqui levantada dúvida que S. Exa. não esclareceu, se cabe culpa ao Governador Jayme Canet Junior ou ao cerimonial da Prefeitura de Ponta Grossa. Esta dúvida ainda não foi dirimida. Então, S. Exa. deve levar isso em consideração.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK — Queria agradecer o aparte do nobre Deputado Mattos Leão e dizer que nosso pensamento ao pedir a palavra nesta Tribuna, estão dentro das limitações e sem um sentido outro a não ser o de esclarecimento. Não quero, já frisei, fazer com que um episódio municipal realizado na Câmara Municipal de Ponta Grossa, um episódio estadual realizado por S. Exa. o Governador do Estado, e não sejam os dois envolvidos. O sentido Ponta Grossa eu já tirei do lado. O que eu estou respondendo é um sentido Estado onde faltou a S. Exa., volto a frisar e assumo a responsabilidade das palavras aqui ditas, é questão de Ponta Grossa, do seu representante dos votos que eu aqui represento e do povo que me elegeu, de que faltou a decência política do futuro Governador não reconhecendo no recinto da Prefeitura o legítimo representante do povo daquela cidade no exercício legal do seu mandato de Deputado Estadual, faltou ainda decência política com referência ao nobre Deputado José Gomes, Deputado Federal, através das suas palavras e voltarei e irei até às últimas, sejam quais forem as consequências e continuo afirmando, faltou decência política ao Governador, naquele episódio lá registrado, porque se ele fosse dotado de decência política, lá estariam o Governador, os Deputados, e por um lapso da minha Assessoria, o seu nome, o seu nome e do seus companheiros, aqui referendado por 60% do povo desta cidade, foi esquecido pelos meus companheiros de equipe. É não no sentido de presença figurativa de um discurso, coisa que nós aqui não queremos — que isso seja registrado. O que nós queremos é que fique patenteado que em minha cidade não admito, seja qual for o Governador ou qualquer autoridade federal que lá aporte e não reconhece os legítimos representantes do povo.

O SR. MAURICIO FRUET — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). — Nobre Deputado, V. Exa. da Tribuna da Assembleia Legislativa, transporta a este Plenário a sua revolta, pela ocorrência registrada na sua cidade, a cidade de Ponta Grossa. O fato registrado por V. Exa. e como outros oradores já abordaram em aparte, realmente ocorreu, e esperamos apenas, que com a advertência de V. Exa. desta Tribuna, e inclusive também dos Deputados da ARENA que por certo também sentiram o desprestigiamento ao Poder Legislativo naquela autoridade, eu tenho certeza que ocorrências desta natureza não voltem mais a acontecer se, efetivamente, houver o interesse que o povo paranaense deseja, ao seu Poder Legislativo. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa comunica ao nobre Deputado, que dispõe de dois minutos para concluir a sua oração.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK — Agradeço inicialmente o Deputado Maurício Fruet pelo seu aparte. E queria tão somente ao finalizar, — Srs. Deputados, dizer de que o nosso pensamento, a nossa posição com referência ao futuro Governo de Jayme Canet Junior não irá alterar em nada, devido a esse episódio. Estamos aqui imbuídos pelo mesmo desejo do que falávamos na época da eleição. Qual seria, o de Ponta Grossa estar presente na administração pública do Estado, e aqui iremos fazer durante os quatro anos, presentes, nas falhas e omissões do Sr. Governador, como também iremos fazer presentes juntamente com a Bancada da Arena que por uma deferência do seu Líder, com a educação política de que é dotado, aqui, já neste adiantado de hora, se fez presente na sua maioria, quero externar os meus agradecimentos aos meus companheiros do MDB e a Mesa Executiva dos Trabalhos, que nos concedeu mais esses 15 minutos restantes para explicações pessoais.

E ao finalizar, Srs. Deputados, quaria transmitir, de que o nobre líder do Governo, Ivo Thomazoni levasse até ao conhecimento de S. Exa., que pessoalmente não temos nada contra a pessoa do Governador, o que temos, isso sim, é um respeito atingido pelo Governador a nossa cidade, aos seus representantes, e os nossos atos aqui dentro, nada irão nos comprometer em torno daquele episódio, haveremos sempre de pautar por uma linha política que acima das nossas pessoas, colocamos as nossas comunidades que representamos. Em todas as obras de iniciativa do Governo, com referência à Ponta Grossa e a região dos Campos Gerais, estaremos somando com o Governo do Estado, mas estaremos também cobrando de V. Exa., fatos como estes, episódios como estes, registrados e outros que por ventura há de se realizar.

Aos Srs. Deputados, à Mesa Executiva, ao nobre Comitê de Imprensa que aqui se faz presente gostaria que transmitissem que Ponta Grossa, que o seu representante do MDB, que representa 60 por cento do eleitorado daquela comuna, tem, acima de qualquer outro pensamento, as suas vistas voltadas para administração e não para a pessoa do Sr. Governador.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. MUGGIAI FILHO — (Pela ordem) Sr. Presidente. Gostaria de indagar se a Mesa não irá convocar, hoje, as sessões extraordinárias previstas no Regimento Interno da Casa em seu Artigo 74, § 1º, que usando da faculdade do Artigo 132, número XII, e tendo em vista a Constituição da República, que é a primeira a fixar e limitar o número de sessões extraordinárias a que têm direito os parlamentares, no âmbito federal e estadual. E considerando ainda, Sr. Presidente, que V. Exa. não convocou, hoje, sessão extraordinária.

ria para segunda-feira, presumivelmente, a Assembleia Legislativa não realizará tal expediente no decurso deste mês.

Considerando ainda que a nossa Bancada, intransigentemente, fiscaliza o cumprimento, das obrigações do Senhor Governador, inclusive dos Srs. Deputados desta Casa; considerando ainda quenão devemos descurar de nossos direitos, porque não admitimos transações entre direitos e obrigações, pedimos a V. Exa. que convoque as sessões extraordinárias e inclua matéria na Ordem do Dia, mesmo que se desdobre a Ordem do Dia da sessão ordinária. Portanto, pedimos a V. Exa., Sr. Presidente, se digne a convocar, a partir de segunda-feira, sessões extraordinárias, a fim, de que, os Srs. Deputados não se vejam privados desse direito que é estabelecido pela própria Constituição Federal.

Era o que nos cabia dizer, na oportunidade. — (Sem revisão do orador).

O SR. IVO THUMAZONI — (Pela ordem). Sr. Presidente, em virtude do nobre Deputado Muggiati Filho ter abordado o fato de que as sessões extraordinárias deveriam ser convocadas, devo dizer que, realmente, o artigo 13, § 4º, da nossa Constituição Estadual, já limita o número de sessões extraordinárias — que este Poder pode realizar. Quero apenas significar que a ARENA está de pleno acordo e dá total apoio à questão de ordem proposta por V. Exa., Líder do MDB, para que tenhamos senão apenas cumprindo dispositivo do Regimento Interno, em atendimento às restituições constitucionais, pelo menos, Sr. Presidente, o ensejo de que cada um de nós possa analisar maior número de matéria em menor espaço de tempo possível, permitindo — que todos tenhamos acesso a uma disposição regimental que, por certo haverá de contemplar a todos, com uma justa remuneração pelo trabalho de cada um. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — O Requerimento deve ser feito por escrito. Assim a Mesa solicita que o Deputado Muggiati Filho encaminhe seu Requerimento escrito à Mesa, suspendendo a Sessão por tres minutos para a confecção do Requerimento.

O SR. PRESIDENTE — Está reaberta a Sessão. Sobre a mesa Requerimento dos líderes das Bancadas da ARENA e MDB, Srs. Ivo Thomazoni e Muggiati Filho. (Lê):

"Senhor Presidente:

Propomos, na condição de líderes de Bancadas, à consideração do Plenário, que seja, a Presidência da Mesa Diretora dos Trabalhos autorizada a convocar sessões extraordinárias, sempre que oportuno e necessário.

Sala das Sessões, em 14 de março de 1975.

a) IVO THUMAZONI — Líder da ARENA
a) MUGGIATI FILHO — Líder do MDB"

Em votação. — Aprovado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, designando uma

Sessão Extraordinária para segunda-feira, dia 17, às 14:00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 67/72.

Fica convocada ainda, uma Sessão Ordinária para segunda-feira, à Hora Regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 29/73;

2ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei nºs 406/68 e 97/73.

Esta Presidência lembra aos Srs. Deputados que amanhã, dia 15, às 10:00 horas, haverá Sessão Solene, a posse do novo Governador.

Levanta-se a Sessão.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO NILSO SQUAREZZI, NA SESSÃO REALIZADA EM 14/03/75.

"Deputado Situacionista quer o comparecimento do Ministro".

O deputado Norton Macedo, do Paraná transformou-se ontem no primeiro arenista a usar da Tribuna da Câmara para se declarar — favorável à convocação do ministro Armando Falcão, anunciada pela bancada do MDB. "Não devemos — frisou — sob risco de comprometermos nossa inteligência, receber toda e qualquer atitude da oposição como provocação ou desafio. Seus líderes, que são homens lúcidos, conscientes, responsáveis, tanto quanto o são os líderes da Arena, devem saber como e quando tomar as atitudes que se coadunem com aquilo que entendam como a melhor forma para o cumprimento do seu dever".

PORTARIA Nº 90/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

autorizar na conformidade do disposto do Art. 176, inciso I, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, os funcionários abaixo relacionados, a prestarem serviços extraordinários, no Departamento Administrativo, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos, a partir de 1º de março de 1975:

JOSÉ ELIAS MARTINS
JOSÉ CLÁUDIO LUZ
LELINGTON LOBO FRANCO
GIOACHINO SUGAMOSTO
ETHEL DE PINHO NEVES.

Gabinete da Diretoria Geral, em 12 de março de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO - Diretor Geral